

391

0600391

ENTREVISTAS : WALTER BARELLI

3.07.86

391 lado 01  
Fita nº (12)

A SRA. ENTREVISTADORA - Itaipava, 3 de julho de 1986.

Comissão de Estudos Constitucionais e o entrevistado da Fundação Pró-Memória é Walter Barelli.

Walter, gostaria que você nos desse algumas informações acerca da sua trajetória política, ou seja, como vo tem-se desenvolvido nesta área?

O SR. WALTER BARELLI - Nasci em 1948, filho de José e Elza Barelli, um mecânico e uma tecelã, sou casado com uma baiana linda, tenho três filhos. Fiz política universitária no tempo em que fiz faculdade de economia e, dois anos depois de formado, entrei no DIEESE, onde estou até hoje. O DIEESE é um organismo de pesquisa e estudos mantido pela classe trabalhadora, que nesse período todo enfrentou um combate muito difícil, porque, em condições adversas, tinha de mostrar que a política salarial era uma política que trazia prejuízo para os trabalhadores, que a legislação toda de fundo de garantia, de lei de greve, a legislação sindical era toda uma forma de reduzir o poder, reduzir as condições de trabalho, as condições de em prego da classe trabalhadora.

A minha trajetória é esta. Paralelamente, para sobreviver - já que o DIEESE remunera abaixo do mercado de trabalho - eu sou também professor universitário, estou atualmente no curso de mestrado da PUC de São Paulo e a minha traje-

tória nos últimos anos é a trajetória do DIEESE e o que tenho feito são trabalhos que o DIEESE tem apresentado para a sociedade brasileira.

A SRA. ENTREVISTADORA - E você gostaria de nos informar a respeito do desenvolvimento dos trabalhos da Comissão de Estudos Constitucionais, ou seja, como você tem defendido as suas posições, quais são os problemas que você tem encontrado como anteposição etc.?

O SR. WALTER BARELLI - A escolha minha para participar da Comissão de Estudos Constitucionais, segundo João Paulo Pires de Vasconcelos, que era um dos 25 escolhidos por Tancredo Neves. Tinha sido feita pelo Tancredo Neves no sentido de ser do grupo daqueles que deveriam divulgar a questão da Constituinte para o resto da sociedade. A nossa função, a minha, do João Paulo, do José Francisco, da Benedita (vereadora do Rio de Janeiro), seriam os representantes mais ligados ao povo e que deveriam, de alguma forma, fazer com que a idéia da Constituinte fosse uma idéia de toda a população.

Nesse sentido, tenho trabalhado mais para fora da Comissão do que para dentro dela, mais no sentido de que a idéia da Constituinte fosse uma idéia diária nos jornais, nos sindicatos, nas associações populares do que na construção de uma nova Constituição.

Não significa que não tenha trazido propostas.

Eu trouxe as propostas que eu aprendi nesses debates com a popu-

lação, que seria uma Constituição que fosse a voz do povo, que trouxesse aquilo que o povo considerasse importante, daí eu ' concordar plenamente com a proposta da Comissão de o primeiro capítulo ser um capítulo dos direitos fundamentais do povo brasileiro, porque hoje a Constituição tem de ser mais a Constituição dos direitos do povo do que a Constituição da organização do Estado.

Como também trouxe para a área social toda a pauta de direitos sindicais. E aí eu defendi basicamente a questão da jornada de trabalho, do direito de greve, da representação do trabalhador na fábrica. E com alegria eu vejo que isso foi aceito pela Comissão no seu pleno, no conjunto dos seus membros quando nós aprovamos a questão da ordem social.

Eu também trabalhei bastante na questão da ordem econômica e aí duas idéias fundamentais dirigiram meus passos: uma, evitar problemas para a realização de uma reforma agrária. Isso foi conseguido através do capítulo que regula a questão da Constituição. E a outra foi fazer uma ordem econômica ' que desse emprego para todos. Que fosse escrito no ideário da ordem econômica a questão do pleno emprego. Isso também foi ' conseguido. Tem a questão do plano econômico, que entra pela primeira vez na Constituição, e o planejamento econômico deve visar a que todos tenham oportunidade de trabalho no Brasil.

A SRA. ENTREVISTADORA - Qual lhe pareceria

o perfil do que deve vir a ser o texto recomendado por esta Comissão?

O SR. WALTER BARELLI - O trabalho dessa Comissão é excelente. Acho que a Comissão está neste momento mais avançada do que o resto da sociedade brasileira e isso pode ser até uma situação difícil. Nós estamos falando coisas que a população brasileira como um todo falava na época das diretas. Essa é uma Comissão que quer participação da população em todos os momentos, a questão da iniciativa popular das leis, de uma Constituição que seja eficaz, tudo o que estiver na Constituição já deverá ser norma se passar a nossa proposta de esboço de Constituição.

Então, coisas como essas levam a que hoje no debate constitucional, no mês de julho de 1986, nem os partidos políticos estão levando todo esse ideário. A Constituição é uma Constituição que no jargão político seria chamada de progressista, mas eu preferiria ~~um~~ outro termo, é uma composição de comissão sintonizada com o que o povo brasileiro disse nas ruas, disse nas praças há dois anos quando, num movimento muito bonito o povo dizia que queria um Brasil prá cima, um outro tipo de nação.

A SRA. ENTREVISTADORA - Se você tivesse que destacar três dispositivos que não poderiam faltar a essa proposta que vocês vão fazer ao Congresso Nacional, quais poderiam ser esses dispositivos?

O SR. WALTER BARELLI - Teriam os meus três dispositivos, que eu não deixaria de lado, mas que não são os maiores. Os meus são os diretamente ligados à condição do trabalhador, que são a questão do direito de greve, sem restrição, a questão da organização do trabalhador dentro da empresa e a questão do pleno emprego.

Agora, em termos de toda uma Constituição, eu acho que as três grandes conquistas dessa Comissão, ou as três grandes linhas que a gente apresenta para a Assembléia Nacional Constituinte é uma Constituição auto-aplicável, isto é, o que diz na Constituição seja depois lei sem necessidade de regulamentação. Isso nós já conseguimos.

A outra é a iniciativa popular das leis, que é uma coisa que nós deveremos discutir amanhã dentro dos direitos do povo brasileiro.

E a terceira é a questão do defensor do povo, que foi uma coisa que nós acabamos de aprovar hoje.

A SRA. ENTREVISTADORA - E como tem sido a sua atuação junto aos sindicatos paulistas?

O SR. WALTER BARELLI - O DIEESE é um departamento dos sindicatos mais atuantes. Não são todos os sindicatos que são sócios do DIEESE, mas aqueles que contam normalmente estão dentro do DIEESE. Nós começamos o ano passado, no dia 1º de maio, lançando uma cartilha chamada "A Constituição e os

deveria discutir a Constituição, porque a Constituição é um negócio aparentemente longe dos problemas do dia-a-dia e esta Cartilha mostra como o dia-a-dia tem a ver com a Constituição. A questão do salário está na Constituição, a questão do emprego está na Constituição, a questão da educação está na Constituição e assim por diante.

Este tem sido o trabalho direto que a gente tem feito tentando fazer com que no dia 15 de novembro os trabalhadores escolham candidatos identificados com as teses do movimento trabalhista. Não significa uma proposta partidária. Os candidatos dos trabalhadores poderão estar em mais de um dos partidos hoje existentes. Mas nós temos de eleger no dia 15 de novembro candidatos identificados com os problemas que os trabalhadores têm hoje no Brasil.

E outra forma de atuação é preparar todo um acompanhamento no ano de 1987 do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte. Nós não vamos terminar o trabalho da Constituição no dia 15 de novembro. No dia 15 de novembro nós daremos um passo importante, que é a escolha dos Deputados. Mas a partir de fevereiro nós estaremos todos voltados a Brasília, quem sabe muitos de nós até em Brasília, discutindo com os nossos representantes aquelas teses que são as teses que interessam ao povo brasileiro.

A SRA. ENTREVISTADORA - Barelli, como você avalia o desempenho dos partidos políticos na atualidade?

O SR. WALTER BARELLI - Eu não estou muito satisfeito com isso. Esta é uma pergunta muito difícil, mas eu estou falando de partidos políticos brasileiros. Acho que to dos eles estão muito distantes desse debate da Constituinte, so mente o PT, Partido dos Trabalhadores, e o PCB, Partido Comunista Brasileiro, já têm uma proposta de Constituição que está aberta à discussão da população, mas eu acredito que nem os mi litantes do PT, nem os do PCB e a maioria dos militantes dos ou tros partidos, todos os outros, ainda não estão despertos para o problema da Constituição.

Eu acho que em termos de mobilização da população a nossa vida partidária deixa muito a desejar.

A SRA. ENTREVISTADORA - Você acha que esse fim da ditadura militar de alguma maneira desintegrou os partidos políticos?

O SR. WALTER BARELLI - Não, eu acho que até foi positivo que nós tivéssemos a abertura para a expressão de todas as mensagens partidárias. Hoje qualquer partido pode exis tir no Brasil. Eu acho que até temos partidos demais. Existem alguns partidos que não têm mensagem para a população, são so mente siglas. E é exatamente aí que faiham os partidos, eles terem uma mensagem, uma pregação diária que envolva toda a pro blemática nacional.

A SRA. ENTREVISTADORA - Há mais alguma coisa que você gostaria de dizer?

O SR. WALTER BARELLI - Que todos se preparem porque dia 15 de novembro nós vamos ter uma eleição diferente de todas as outras. Nós não devemos votar no mesmo candidato que votamos sempre, principalmente se esse candidato não for um candidato que esteja defendendo as teses da população. Nós devemos encontrar candidatos perfeitamente identificados com aquilo que a gente pensa. Não que a população brasileira toda deva pensar igual, mas defendemos uma democracia visões diferentes, mas a escolha em 15 de novembro tem de ser diferente da escolha que nós fizemos até hoje.

O nosso representante dessa vez tem uma tarefa diferente. E escolher errado dessa vez é mais problemático do que todas as escolhas erradas que possivelmente a gente tenha feito nas sucessivas eleições de que a gente participou.

A SRA. ENTREVISTADORA - Qual a sua opinião a respeito de toda essa questão que secunda os militares no Brasil?

O SR. WALTER BARELLI - Nós já discutimos, no capítulo da defesa do Estado democrático, o papel das Forças Armadas. Nós queremos um papel profissional, as Forças Armadas existem para defender o território nacional do inimigo externo. Esta é a sua função. Exército, Marinha e Aeronáutica com uma fun

ção de defesa. Não tem funções internas no sentido de serem mais brasileiros do que os demais brasileiros. Não tem o papel de salvaguarda da população brasileira. Eles são profissionais que cuidam das nossas fronteiras e dos possíveis inimigos que a Nação como um todo possa ter ao longo das nossas fronteiras e da nossa vida como Nação.

Essa decisão da Comissão, que é tranqüila , que é ter um Exército profissional, causou assim uma surpresa para os próprios militares que, afortunadamente, estão ' discutindo isso. Eu acho que no debate da Constituição os militares também têm de dizer. Se eles pensam diferente, têm de vir a público e dizer o que querem.

Eu, inclusive, era favorável a uma Assembléia Nacional Constituinte sem limitações. Quer dizer, para um militar se candidatar é obrigado a dar baixa, ou entrar na reserva durante o período em que ele é candidato. Eu achava ' que toda a população poderia se candidatar porque na Constitu<sup>te</sup>inte é a hora da verdade, é fazer o País com os militares, embora muitos de nós tenhamos queixas principalmente com os últimos 20 anos em que os militares exacerbaram o seu poder e erraram muito dentro da sociedade, agora na Assembléia Consti<sup>te</sup>uinte deveria ter militares, deveria ter juizes - os juizes' não podem se candidatar porque eles estão proibidos de terem filiação partidária e você só pode ser candidato à Constitu<sup>te</sup>inte com filiação partidária. Então, todo o processo constitu-

inte foi mal feito.

Agora, na questão das Forças Armadas nós tocamos num ponto fundamental, tanto assim que a gente viu o Ministro do Exército, o Ministro da Aeronáutica se manifestando E se manifestando politicamente. Eu acho importante. Na época da Constituinte é bom que as Forças Armadas digam o que querem e depois se submetam ao que o Constituinte definir como papel dos militares. E eu acredito que o papel dos militares vai ser muito menor do que foi durante os anos da ditadura e até do que aquilo que eles pensam hoje, porque eu sou tão brasileiro quanto eles e se fosse Constituinte, definiria um papel profissional de defesa contra o inimigo externo.

Esta é a questão dos militares.

A SRA. ENTREVISTADORA - Quanto á questão de regime de governo, qual deles você acharia o mais indicado para o Brasil?

O SR. WALTER BARELLI - Esta é uma questão ' que eu critiquei durante todo o tempo dos nossos debates. Por sorte hoje a Comissão está discutindo outras coisas, mas no início ela discutiu muito se ia ser parlamentarismo, se ia ser presidencialismo

Os comitês que estudaram caminharam por uma ' forma híbrida, um presidencialismo com um conselho de minis -

tros. Isso ainda não foi votado, nós devemos discutir, quem sabe, a partir de sábado agora a questão da forma de governo.

Eu não acho isso importante. Sem fugir da ' pergunta que você fez, eu acho que essa Constituição vai ser mais a Constituição dos direitos do povo do que a Constituição da forma de governo. Saindo do contexto geral, a forma parlamentarista é mais nobre, mas no Brasil a nossa experiência é presidencialista. Nós não teremos como fugir disso. Penso que deveremos estar mais próximos do presidencialismo do que do parlamentarismo, mas ainda não votamos isso na Comissão.

A SRA. ENTREVISTADORA - Perfeito. Eu queria agradecer a sua participação no programa de Memória da Constituinte, da Fundação Pró-Memória.

\* \* \* \* \*

391

0600391

ENTREVISTAS : JORGE AMADO

4.07.86

Fita nº 391 lado 02  
(12)

A SRA. ENTREVISTADORA - Itaipava, 4 de julho de 1986.

Hoje o entrevistado para o Centro de Memória da Constituinte será o escritor Jorge Amado, que faz parte da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Gostaríamos de saber como o senhor chegou à Comissão, por quem foi escolhido, por que foi escolhido e qual a sua representatividade na Comissão?

O SR. JORGE AMADO - Posso responder a du as destas perguntas. Por que eu não poderia responder exata mente, não sei bem. Talvez porque eu sou um romancista, sou um escritor e criador literário e talvez o Presidente Sarney que foi quem me escolheu, tenha, ele também sendo um escri - tor, concluído - e acho que com razão - que um escritor é, so bretudo, um criador e pode dar uma contribuição ao trabalho de uma Comissão como esta, sobretudo porque somos homens li gados, em geral, à vida do povo e já conhecemos e sabemos as suas necessidades.

Segundo, talvez - quem sabe também? - por eu ter sido Constituinte em 1946. Isso é o porquê. Por quem, eu já disse: pelo Sr. Presidente da República.

Como? Eu estava na Europa, em Belgrado, quan

do recebi um telefonema do então Ministro da Justiça, Deputado Fernando Lyra, dizendo da decisão do Presidente e que ele fazia muita questão que assim fosse. Eu discuti um pouco, por que eu estava na Europa e ia me demorar e não poderia estar na instalação da Comissão, mas ele disse que não tinha importância. Eu achei que não podia me negar a dar uma contribuição, menos que fosse mínima, ao trabalho de uma Comissão dessa importância.

A SRA. ENTREVISTADORA - Mínima em tempo, não é? Acho que a sua contribuição na Comissão, por isso tudo que o senhor falou é muito grande. E esses pontos que o senhor defendeu na Comissão - quer dizer, eu não sei de quantas reuniões o senhor participou - mas de qualquer maneira a sua disposição na Comissão foi a de defender que pontos?

O SR. JORGE AMADO - Participei desde que voltei daquela viagem à Europa no ano passado. Eu voltei com o Presidente da França, Mitterrand, quando ele veio ao Brasil, e durante a minha estada aqui eu participei de todas as reuniões que existiram em Brasília, uma delas, e as demais no Rio. Só não fui mesmo a Recife, apesar de estar colocado na subcomissão de Recife, mas eu acho que participei em Brasília e foi a mesma coisa.

Depois eu voltei à Europa, estou chegando da Europa há pouco tempo, e estou participando desta segunda vez agora.

Você pergunta das coisas que me interessaram fundamentalmente. Todo o projeto de Constituinte me interessa, mas o que sobretudo me interessou foram certos pontos ' que me tocam mais diretamente na minha condição de escritor: tudo o que se refere aos direitos humanos. Estive no debate em torno disso e participei muito intensamente porque realmente é fundamental, sobretudo quando nós acabamos de sair ' de mais de 20 anos de absoluto desrespeito aos direitos do homem, os direitos do cidadão no Brasil, violentados, desrespeitados de todas as maneiras, das mais violentas e o clima de torturas que nós tivemos de assassinatos, esse quadro tão trágico que os países do Cone Sul, o Chile, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Brasil viveram e que ainda vivem, no Paraguai depois de séculos, nem sei, acho que essa ditadura no Paraguai começou antes da descoberta da América, já estava aí oprimindo e corrompendo a vida do povo paraguaio, tão grande povo e tão infeliz.

No Chile continua ainda, você abre os jornais todos os dias e o sangue está correndo lá, o sangue do povo ' chileno.

Nós, felizmente saímos disso. Creio que por isso mesmo a mim me interessa muito porque as garantias desses direitos, que eles não possam ser violados novamente, que não voltemos a ter uma situação tão terrivelmente humilhante para a nossa Nação brasileira e para o nosso povo, isso foi uma das coisas que mais me interessaram.

Vou citar um detalhe aqui eu me pareceu curioso. Na Constituinte de 46 a minha atuação na Constituinte de 46, e sobre isso depois eu quero dizer uma palavra em função da eleição para a Constituinte em 86, aquela coisa de que eu mais me vanglorio - eu sou um homem com muitos defeitos, mas não é a vaidade que seja o meu defeito fundamental porque eu não me acho importante como motivo para ser vaidoso - mas uma coisa que eu tenho prazer é que o artigo constitucional que garante a liberdade de cultos religiosos no Brasil foi resultado de uma emenda minha, como Deputado, assinada por mim e por muitos outros Deputados.

O que acontece no Brasil é que desde a República houve uma separação entre a Igreja Católica e o Estado, quer dizer, a Igreja deixou de ser religião do Estado, mas não deixou de ser religião oficial, privilegiada. A religião era o catolicismo. As outras eram seitas: a seita protestante tal, a seita protestante tal outra e quanto aquelas religiões populares, aquelas religiões de origem afro-brasileiras, essas nem seitas eram, essas eram barbarismos, era uma coisa que queriam riscar do mapa da vida brasileiro. E não só as religiões tudo o que provinha da cultura negra, tudo o que provinha da África, tudo o que significava valores culturais, inclusive os religiosos, que tinham vindo nos navios de escravos com os escravos para o Brasil.

E isto eu conheci em carne própria pois desde

menino, como escritor, desde que comecei a trabalhar como jornalista, aos 14 anos, sem diploma. Jornalista que começou sem nunca ter feito escola de jornalismo. Fiz escola de Direito e não me serviu de nada, nunca consegui ser nem aprendiz de advogado. Mas eu acompanhei aquela monstruosa perseguição religiosa contra as religiões de origem africana, as religiões' afro-brasileiras na Bahia. E não era uma perseguiçãozinha de proibição, era pancada, era destruição, incêndio dos templos, apreensão dos objetos de culto, prisão sem nenhum direito e ' comecei exatamente vendo pais de santo, mães de santo e filhos de santo presos porque eu comecei sem diploma sendo repórter ' de polícia, que é como se deve começar a fazer jornal, lá embaixo e não com um diplomazinho na mão. Só se aprende na vida. Só há uma escola boa, a escola da vida.

Eu conheci aquilo. Depois, por isso mesmo, e porque romancista tratando da vida do povo eu me liguei extremamente a esses cultos. Eu não sou religioso, não tenho nenhuma fé religiosa, mas me liguei como um cidadão e como escritor que necessitava conhecer esse aspecto da realidade da vida da Bahia de dentro e não de fora.

Pude acompanhar, ver e lutar ao lado do povo dos candomblés contra esta discriminação tremenda, monstruosa discriminação de ordem racial e de ordem cultural. E então, na Constituição de 46, consegui que fosse garantida a liberdade de de culto no Brasil. Eu fiz várias coisas. Não fui um Deputado inútil na Constituinte de 46. Custou-me muito trabalho

porque não tinha e não tenho nenhuma vocação parlamentar, mas tinha sido eleito pelo povo de São Paulo e tratei de ser um bom Deputado. E creio que fui! Trabalhei bastante.

De repente eu chego aqui numa reunião de Constituintes e vejo que isso tinha saído, tinha desaparecido a liberdade de culto. O que havia era a garantia da interferência, inclusive da Polícia, contra os cultos religiosos a propósito de que perturbam a moral, perturbam o sossego, perturbam isso, perturbam aquilo; quer dizer, voltava tudo de novo, inclusive contra protestantes. E eu, felizmente, pude, no subcomitê que tratava disso e do qual participei, me levantar contra isso e obter a maioria e praticamente a unanimidade.

Então os direitos dos cidadãos foi a coisa que me preocupou profundamente mais do que todas, apesar de que outros aspectos como os econômicos, diversos aspectos da vida do País. Ainda agora estamos discutindo coisas que me interessam profundamente. Ainda ontem começamos uma discussão sobre o defensor do povo, que acho uma discussão rica de interesse.

A SRA. ENTREVISTADORA - Poderia fazer o senhor um paralelo entre a situação do Constituinte para eleger a Constituição de 46 e a situação agora para 86. É claro que não houve uma comissão desse tipo, mas sobre a participação.

O SR. JORGE AMADO - Há coisas semelhantes e

há coisas diferentes, diferenças muito grandes. Semelhantes em quê? Semelhantes com vantagem para 46 é que como em 85/6 nós saíamos de uma ditadura do Estado novo, uma ditadura terrível que durou 8 anos e agora nós saímos de uma ditadura militar, de um sistema de ditadura militar que durou mais de 20 anos. Porém, a vantagem para a Constituição de 46 é que nós saíamos não apenas de uma ditadura, nós saíamos de uma guerra, saíamos da vitória contra o nazismo, contra o fascismo, da vitória da democracia. O mundo tinha sido salvo do horror nazista, no milênio nazista anunciado por Hitler. Isso trazia uma grande força para o povo brasileiro.

Mas nós levamos certas outras vantagens: é que o Brasil andou muito nesses 40 anos que nos separam da Constituição de 46, da eleição. Hoje há uma consciência política. Naquele momento havia um élan, uma força enorme de alegria, de entusiasmo, uma abertura democrática imensa, mas neste momento eu acho que há uma consciência democrática maior. Se bem que há coisas que me preocupam.

E aí eu lhe digo a minha posição diante da própria Comissão de Estudos Constitucionais. Quando eu fui colocado na Comissão eu tive uma certa dúvida. O meu ponto de vista era o seguinte: só é boa se ela servir para presidir um grande debate nacional de todo o povo sobre Constituição e Constituinte, porque me parecia que era meio absurdo que esta Comissão se reunisse para preparar um projeto de Constituição quando o povo ia eleger uma Assembleia Constituinte. Então o Deputado eleito pelo povo chegava lá com as

apresentado e que tinha feito com que ele merecesse o voto dos seus concidadãos e chegava lá e recebia um anteprojeto estudado e redigido por uma Comissão de 49 Notáveis. Eu digo 49 por que parece que são 50 e eu não me incluir como Notável, nunca tive jeito para isso. Parecia meio absurdo.

Depois, chegando ao Brasil, e com o passar do tempo, eu mudei a minha opinião, porque eu vejo que não vai ter deputado nem eleito para a Constituinte por ter apresentado um projeto do que ele acha que deve ser uma Constituição. E nem idéias. o que estão discutindo aí é eleição. Não vejo partido nem candidato que esteja apresentando, que esteja discutindo com o eleitorado, com o povo brasileiro o que deve ser a próxima Constituição. Eles estão falando é em termos eleitorais. Eu vejo na Bahia a campanha derrubar a oligarquia implantar ou então manter a continuidade do governo, isso aqui lo e tal. Então não vi até hoje no debate eleitoral brasileiro que está se processando, nós estamos em meados de julho quase e a eleição é a 15 de novembro, e eu não vejo nenhum candidato falar em Constituinte, em Constituição e em coisa nenhuma.

Então eu acho que a única coisa que vai haver como base para que esses Constituintes eleitos comecem a discutir vai ser esse anteprojeto elaborado realmente por esses homens de saber notável, participei, vejo todos eles, homens com pensamentos às vezes muito diversos, um pensa uma coisa e outro pensa outra, as posições são diferentes, algumas mais conservadoras, outras mais liberais, mais progressistas ou menos

---

etc, mas todos eles são homens de saber e me parece que dirigidos por um espírito extremamente patriótico.

A SRA. ENTREVISTADORA - E o senhor está satisfeito com o desenho que vai sendo feito neste anteprojeto?

O SR. JORGE AMADO - Creio que sim. Se nós obtivermos na Constituinte um desenho semelhante a esse vamos ter uma Constituição bastante boa, bastante progressista, bastante moderna, para usar um termo que está muito em moda, moderna no sentido dos interesses do povo e do Estado. Eu duvido muito que uma Constituinte, seja ela qual for, chegue a um resultado tão alto no sentido da democracia e do progresso como está chegando a Comissão. Como está chegando, proque ainda não chegamos ao fim.

Diante disso a minha posição mudou e eu passei a achar que realmente a idéia do Presidente Tancredo Neves completada e posta em prática pelo Presidente Sarney era uma idéia de alguém que via a coisa política. Tancredo não se enganava. Já lá ele pensava: esse negócio esses nossos amigos não vão chegar e dizer vamos fazer isso e aquilo, eles vão é prometer a coisa e esse mercadejamento do voto.

A SRA. ENTREVISTADORA - E dentro da área de cultura o senhor deu alguma contribuição mais especificamente, propôs alguma coisa?

O SR. JORGE AMADO - Eu discuti muito tudo, cultura é a minha razão de ser. Na discussão eu propus muita coisa, mas ...

(Defeito na fita)

Você não deve dizer que há perseguição porque aí começa a haver. O que há é desleixo e abandono. O desleixo em relação ao Parque São Bartolomeu, que é muito menor hoje do que foi, mas que não deixou de haver o desleixo. Mas desleixo não é perseguição, é desleixo.

Agora, como há desleixo em outras coisas, não é só para isso. Nós devemos lutar para que esse desleixo desapareça.

A SRA. ENTREVISTADORA - Eu estive num congresso de cultos africanos, inclusive com participação de vários países africanos, do Caribe, América Latina e África e em relação ao Brasil, o norte, por exemplo, havia uma representante do Pará que diz que ainda fecham hoje...

O SR. JORGE AMADO - Sim, mas você está falando da São Bartolomeu! Eles fecham igreja protestante!

A SRA. ENTREVISTADORA - E já houve um avanço quando se tomba a casa branca, mas ainda tombar o Parque de São Bartolomeu não se conseguiu.

O SR. JORGE AMADO - Evidentemente que você pode conseguir. E você pensa que foi fácil tomar a casa branca? Posso lhe dizer o que foi porque quem pediu o tombamento no começo do processo foi esse homem, o Marcos Vinícios Vilaça que era Secretário de Cultura e candidato à Academia Brasileira.

A SRA. ENTREVISTADORA - E sofreu com isso, não foi fácil também.

O SR. JORGE AMADO - Sofreu muito, custou-lhe muito. Ele foi de grande ...

Quando agora o Celso Furtado assinou o final do processo de tombamento eu telegrafei ao Marcos Vinícios para dar parabéns a ele, porque ele que começou. Esse tombamento da Casa Branca eu conheço da primeira palavra, que foi minha, até o final que acompanhei. Deve-se muito a Marcos.

Agora a gente tem que ver a realidade das coisas e lutar por ela. Eu estou nessa briga desde menino. Eu estou velho. Então eu conheço isso. A gente não pode, vamos supor, por que tenha uma coisa perseguida no Pará, não quer dizer que haja perseguição ao culto. E quanto a esse congresso dos Orixás isso é para não sair de um racismo e cair no - tro.

A SRA. ENTREVISTADORA - Vamos gravar?

O SR. JORGE AMADO - Agora eu só vou fazer uma coisa que eu quero muito fazer e vou dizer o que é: é o problema da Constituição, exatamente o problema da discriminação, porque eu fui Deputado comunista e quero dizer como foi difícil ser um bom Constituinte por ter sido comunista e então eu era discriminado. Quando eu terminar isso, mesmo que não tenha os cinco minutos, eu páro e depois continuo.

A SRA. ENTREVISTADORA - O senhor não disse se participou particularmente de alguma ...

O SR. JORGE AMADO - Eu participei de toda a discussão, mas tudo estava lá. De forma que eu não apresentei uma coisa específica. Vamos fazer tal coisa exatamente. Não, eu discuti tudo o que estava lá.

A SRA. ENTREVISTADORA - Eu quero saber se o senhor quer responder sobre aqueles três aspectos...

O SR. JORGE AMADO - Quando eu falar no negócio de religião, de culto e eu me referir a isso eu falo.

A SRA. ENTREVISTADORA - Nós queríamos que o senhor nos dissesse ainda a diferença que houve, quer dizer, o que o senhor sentiu em 46, quando Deputado, o senhor estava falando na discriminação...

O SR. JORGE AMADO - Eu vou dizer que eu es-

pero, como Constituinte de 46, que não existe em relação aos Constituintes de 86.

Eu fui Deputado Constituinte eleito na legenda do Partido Comunista do Brasil. Vocês se lembram que de pois da guerra o Partido Comunista veio à legalidade num pra zo muito curto. Teve menos de dois anos ou dois anos e pouco e logo depois foi atirado outra vez à clandestinidade.

Eu fui eleito na legenda do partido e participei da bancada do Partido Comunista. Então eu acho que é fundamental hoje no Brasil, e nós já andamos um grande caminho ' em relação a isso, a luta contra a discriminação. Ainda há pouco nós falamos na discriminação contra religiões negras no Brasil. É terrível, mas hoje nós assistimos a uma coisa que mostra como nós andamos para a frente em todos os sentidos e em particular nesse sentido, o tombamento pela primeira vez no Brasil de um templo religioso negro, da Casa Branca, um candomblé que existe há mais de 400 anos. Era subterrâneo . Entrava-se pelo tronco de uma árvore, quando os escravos fundaram o subterrâneo e finalmente foi tombada num processo que começou quando Marcos Vilaça era Secretário de Cultura e muito corajosamente colocou o problema, encontrando uma barreira enorme e pressões de todo o tipo e que agora o Celso Furtado vem de assinar o tombamento.

Então a discriminação diminuiu muito no Brasil. Ainda agora eu fiz parte da comitiva do Presidente Sarney na viagem que ele fez a Portugal e a Porto Verde, e nessa comitiva havia também o presidente dos dirigentes negros do

clusive Fernando Santana, do Partido Comunista Brasileiro. Então o que eu desejo é que os próximos deputados não sofram a discriminação que eu sofri. Quando havia um projeto meu, uma emenda constitucional, meu ou de qualquer outro da bancada comunista, o sujeito já dizia: isso vem de lá daquela bancada e o que é que Moscou está querendo, o que é que vem aí contra ' os interesses da Pátria, e essa lenga-lenga que a gente conhece, essa coisa de que os militares se aproveitam para oprimir a gente e dizendo que estão impedindo que a gente caís na desgraça, como se alguém pudesse impedir, meu Deus, o socialismo. O socialismo vem e independe de você, dela, de todo o menino que está ali na câmara, do outro que está no som, independe ' de qualquer reacionário ou de qualquer radical, o socialismo vem porque ' a marca da humanidade para o socialismo é fatal, porque é a marcha para o futuro. A humanidade vem marchando desde o seu começo no sentido de uma vida melhor, de uma vida mais digna, de um homem mais consciente da sua condição humana. E o capitalismo tem que ir fatalmente para o socialismo, não há ninguém que possa impedir isso.

A SRA. ENTREVISTADORA - Essas experiências socialistas em vigor aí pelo mundo afora lhe parecem adequadas ao modelo brasileiro?

O SR. JORGE AMADO - Se você tivesse mais duas horas de televisão nós iríamos discutir isso. Como é que eu posso dizer que não sem dar uma longa explicação? Se você quiser o socialismo da República Popular de Cabo Verde eu estou inteiramente de acordo com você. Se você me perguntar '

da República Rumena, ou da Polônia eu diria que não.

Você me perguntou de ordem geral, mas é uma questão tão importante que não posso responder em tão pouco tempo. Por exemplo, se você me perguntar se Cuba está perfeita eu diria que não, Cuba tem grandes qualidades e tem coisas muito ruins. A falta de liberdade e de democracia é muito ruim. Qualquer regime! Socialismo sem democracia, minha filha, é ditadura. E ditadura é ruim de qualquer jeito.

(Final da fita 12)

1 doc.  
04/07/1986  
13 fls.

MC.2  
cpmc/ep

Entrevistas com membros da CEC  
Data: 04/07/1986  
(Gloriza Verucci)

Código antigo:  
0600493

Sita não localizada.  
Obs.: há folhas com cortes verticais.

ENTREVISTA: FLORIZA VERUCCI

DATA - 04.07.86

0600493

FITA Nº 11

A SRA. ENTREVISTADORA - Itaipava, 04 de julho de '1984, reunião da Comissão de Estudos Constitucionais. Nossa entrevistada de hoje é uma das duas únicas mulheres participantes dessa comissão, Dra. Floriza Verucci, a quem eu gostaria de pedir alguns dados sobre a sua vida profissional até chegar a época em que é convidada para integrar essa comissão.

A SRA. FLORIZA VERUCCI - Acho que está muito claro que eu sou da área de direito, toda a minha batalha, toda a minha luta tem sido em cima da auteração da legislação que diz respeito à mulher, não só à mulher porque quando a mulher é o centro de interesses, junto com ela vem toda uma outra consequência que é a família, a própria condição do cotidiano, tudo isso.

Eu sou paulista típica, paulista da Bela Vista, filha de imigrantes italianos, mas me formei em minas, então tenho alguma coisa assim da cultura mineira que ficou na minha cabeça e que é muito importante para mim. Realmente foi um período muito importante em Belo Horizonte. E sempre, hoje, olhando para trás eu tenho impressão de que sempre eu tive essa preocupação com essa questão da equidade da relação do homem e da mulher na sociedade. Então desde o tempo da faculdade eu já fazia lá meus comícios, minhas ondas, chamava o pessoal para estudar sem saber ainda como eram as coisas, uma coisa ainda muito na primeira etapa, na primeira fase das coisas, mas tudo isso me alimentou muito.

Depois disso eu me dediquei como profissional do direito, na área do direito de família, interrompi várias vezes aquela velha condição da mulher que às vezes tem que optar porque o marido vai trabalhar na Europa então você tem que ir junto, aí interrompe a carreira, aí acontece um outro problema com outra pessoa da família, aquelas injunções femininas que nós não conseguimos nos disvencilhar delas, mas faz parte da nossa vida humana.

Tenho dois filhos adolescentes e me encontro hoje nessa comissão com o maior orgulho, com a maior honra, com o maior carinho por todos esses meus, posso chamá-los de colegas, até meio emocionada.

Se você me perguntar quem foi que me indicou, quem foi que me botou na comissão, eu não sei te dizer. Eu acho que foi alguma coisa, aliás, foi concretamente o Ministro Fernando Lyra que me telefonou e me comunicou oficialmente que eu tinha sido escolhida para a comissão. Para mim foi uma grande surpresa. Eu sabia que já havia todo um movimento em torno dessa comissão, mas jamais imaginei que eu seira lembrada para participar dela. E acho que fui lembrada exatamente por causa desse tipo de trabalho: por ser advogada, por ser feminista, feminista no sentido real da palavra, no sentido da mulher consciente que ela é, do conceito do que nós mulheres somos na sociedade, sem nenhum radicalismo, sem nenhuma proposta separatista que ainda existe certos radicalismos feministas, separatistas e eu acho que o homem e a mulher têm que estar juntos realmente, participando juntos das coisas, separatismo é impossível, é absurdo e estou aqui tentando contribuir de alguma maneira com aquilo que está no meu acervo, que está dentro da minha cabeça, no meu sentimento, do meu corpo, da minha vivência, daquilo que eu posso contribuir nos debates todos e em alguns pontos fundamentais que eu acho que são essenciais para se falar na democratização da família. Talvez seja esse o meu ponto, meu código.

A SRA. ENTREVISTADORA - Que pontos você apontaria, Floriza?

A SRA. FLORIZA VERUCCI - A gente tem que começar do começo e o começo é aquele princípio da igualdade, é o princípio da isonomia, esse nome é complicado, mas é o princípio da isonomia que está em todas as nossas constituições desde a de 34 e de uma forma inoqua. O quer

dizer esse: somos todos iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, cor... Até agora isso não funcionou no Brasil, isso é uma meta. E na verdade a constituição também tem que botar normas que são as metas' a serem atingidas através das outras legislações, através das mudanças' de costume, através dos nossos comportamentos, através da própria fiscalização da sociedade civil, através das suas associações para a gente alcançar essa meta. Então começamos a discutir, e essa discussão foi ontem, e os constitucionalistas mais clássicos, os juristas mais clássicos acham que reduzindo o princípio acham que dizendo só assim: todos' somos iguais perante a lei, está resolvido. Pode até estar, numa sociedade mais evoluída pode até estar, mas nas nossas atuais circunstâncias que nós estamos aproveitando esse momento que é um momento de constituição, um momento desse novo pacto social, e nós na comissão tentando' organizar um anteprojeto que possa servir de subsídio para esse futuro' congresso, então vamos mexer com esse princípio da isonomia do jeito' que fique mais claro, que fique mais estimulante a alcançar essa meta.

Então o Hélios Santos, eu, Mauro Santaiana e outros apresentamos uma emenda que não é só dizer todos somos iguais perante a lei, mas exprimir este princípio de uma maneira que faça com que o Estado crie formas de chegar até lá, que o Estado possa criar programas, instituições, comissões, não sei o que porque não está definido ainda, vai ser definido depois, mas que possam trabalhar para restaurar esse equilíbrio das diferenças sociais, seja entre o homem e a mulher, seja entre o branco e o negro, seja entre as diferenças de credo, religiosas, políticas, enfim, toda aquela gama de diferentes ações na sociedade que hoje sofrem discriminações muito profundas.

Então, sem uma ação do Estado neste sentido não adianta botar um princípio puro e simples. Então eu acho que isso afeta' a mulher também. Não é uma coisa feita em função da mulher, mas afeta' de uma maneira direta a relação homem/mulher na sociedade. Isso eu acho

uma coisa importantíssima.

Tem uma série de outras coisas que vieram, que já foram aprovadas e que eu acho que eu tive uma participação, tanto na discussão ou muitas vezes na própria apresentação das emendas e que, por exemplo, na ordem econômica, vai dizer: o que a mulher tem a ver com a ordem econômica, o que é que afeta? E de repente nós conseguimos fazer aprovar nessa comissão, pela primeira vez na História do Brasil, o reconhecimento do valor econômico do trabalho doméstico. Isso é uma coisa incrível. Hoje muita gente olha e diz assim: mas o que é isso, inclusive eu escutei de economistas dizendo: mas o que você quer dizer com isto? Mas é uma importância fantástica.

Você nos Estados Unidos tem estatísticas que fazem um levantamento. Quanto vale o trabalho dessa mulher que fica 24 horas por dia trabalhando sem feriado, sem férias, sem dia santo, sem coisa nenhuma para permitir que todo o resto da família: o marido, os filhos, os agregados possam partir para trabalhar, possam partir para produzir economicamente para a Nação. Então essa retaguarda tem valor. Para mim é inegável, é um fato óbvio, mas para muitas pessoas ainda tem que tentar na ponta do lápis se tem valor ou não.

Dá advém uma série de conseqüências. Por exemplo, uma das lutas antigas, uma das teses, o que é? É a aposentadoria das donas de casa. Também outra tese complicada porque as pessoas que não estão envolvidas dizem: mas como é que vai aposentar, quem é que vai pagar? Problemas de detalhamento depois a gente vê, vamos estudar lá na Previdência Social, eu estou também na comissão de reestruturação da previdência, vou levar isso para lá, vou tentar encontrar uma forma junto com as pessoas que entendem dessa parte da previdência, de custeio e tal para dar a essa mulher que trabalhou a vida inteira uma pequena compensação pelo trabalho dela, pessoal e não pelo trabalho do marido. Is-

so é uma das consequências.

Agora, a questão da democratização da família, que é uma coisa que me é muito cara ela está muito mais dentro da ordem social. Então, na ordem social, que é um capítulo da constituição a gente está tratando dessa democratização, tentando obter as normas que vão orientar depois essa democratização. Então o conceito de família, essa família tradicional, ligada ao casamento, papai, mamãe, filhinha, tudo em ordem que é uma coisa bonita, cartão de natal, talvez fosse realmente esse o ideal, mas o ideal não corresponde à realidade. Daí você tem no Brasil toda uma tradição que vem desde os tempos da colônia que realmente não é um casamento legal, é a família formada de maneiras diferentes. Mesmo a tradição brasileira religiosa tem pessoas que se casam na Igreja com toda a sua convicção e pensam que estão casadas. Se elas não fazem toda habilitação legal, não seguem todos aqueles trâmites da exigência do Estado, são considerados apenas como e não como casados, portanto, seriam os direitos que a legislação atribui ao instituto do casamento. Então nós temos que considerar isso. Isso não significa anarquia como muitos podem pensar, os debates da comissão foram acirrados porque há pessoas na comissão que não admitem isso, acham, estão convictos de que família é necessariamente casamento legal. E no fim de muita discussão, até com a contribuição do Padre Ávila, que é um homem de extrema abertura de visão e de sentimentos humanos, ele trabalha com as pessoas mais carentes e tal, ele disse não, existe as uniões estáveis, existem a união do homem, da mulher e dos filhos e nós não podemos deixar fora da proteção do Estado.

Então isso é um grande caminho para nós mulheres, porque na medida em que eu como advogada da área de família percebo o drama que as mulheres que se unem sem casamento, que têm filhos, que trabalham, que às vezes contribuem para aquela sociedade e que na hora da separação ou da morte se vêem tontas. Então elas precisam de advoga-

do, elas precisam entrar com um processo judicial, elas precisam pedir' que o juiz aceite, acredite que realmente ela participou daquela sociedade, uma situação humilhante para a mulher. Por que isso? Porque falta o papel do casamento. Então nós temos que estudar outras formas lá no Código Civil, aquele famoso estatuto da mulher casada que até hoje dorme no Senado, mas espero que seja despertado em breve, está tudo acoplado do nisso.

Muita gente pergunta por que você coloca coisa de família na constituição, família não é questão do código civil? Na medida em que a gente está fazendo esse novo pacto, estamos partindo para ' novas formulações, a constituição no Brasil certamente não vai ter esse modelo seco, enxuto que muitos juristas querem, e querem com razão, eles estão fundamentados nos conhecimentos especiais dessa questão para lutar por uma constituição estrita, enxuta. Mas o Brasil não é estrito e nem enxuto, o Brasil é um País que está fervendo e nós estamos numa época de efervecência de busca de fórmulas. Então essa constituição é nossa grande chance. Claro, não fazer disso uma torrente de casuísmos, se fizermos isso realmente estaremos fazendo uma grande besteira. Agora, o que é importante hoje na nossa sociedade, entre os brasileiros tem ' que entrar nessa constituição.

Então essa democratização da família, com o conceito de família, com a questão da violência doméstica - como é que você ' vai colocar violência doméstica na constituição, isso não tem nada a ' ver, isso é coisa do código penal, é do código penal, nós vamos criar lá o artigo que vai dizer como é que vai ser punida a violência doméstica, isso é necessário. Mas já que nós estamos tratando da família, vamos botar lá um artiguinho como a gente botou: o Estado tem a obrigação de coibir a violência doméstica e a violência doméstica não se dá só do homem contra a mulher, não. É o homem contra a mulher; é a mulher contra os filhos; é o homem contra o filho; ou os idosos e vice-versa. Então, in-

felizmente aquela ceninha de papai-noel, papai, mamãe, filhinho, é bonito mas não é verdade, às vezes os dramas são muito grandes dentro de uma família e o Estado vai ter que proteger isso também. Que aliás não é absolutamente privilégio nosso, a violência doméstica não é um problema brasileiro, é um problema mundial, é um problema humano que a gente vai tentar cercear da melhor forma possível.

E o problema da igualdade entre os filhos. No Brasil tem filho adulterino, tem filho incestuoso, tem filho natural, tem filho legítimo, tem tudo. Se bem que naquela certidãozinha não pode mais botar o carimbo mas na verdade existe e com as diferenças de direito. Então isso também o Dr. Saulo que é um grande advogado da área de família, inclusive trabalhei com ele, uma das pessoas com quem aprendi muito foi um dos primeiros a levantar esta questão ainda na fase das comissões regionais em São Paulo. Claro, filho é filho, a frase é dele, mas é uma frase que a gente adota e assina embaixo, vamos partir para essa democratização.

E aí vem a ajuda dessa questão dos filhos, o problema da questão da investigação de paternidade, que é um problema seriíssimo para a mulher brasileira, que é um direito do filho, não da mãe, qualquer idade, quando pequeno representado pela mãe, quando adulto por ele mesmo de entrar com uma ação na vara de família para obter essa possibilidade de ver sua paternidade reconhecida. Então discutiu-se e conseguiu-se aprovar um princípio que é uma grande revolução, que é a questão da ação pública de investigação de paternidade. E aí a discussão entre os processualistas todos presentes, como é que vai fazer, como isso, como aquilo. Então limitou-se o seguinte, para evitar os abusos, uma ação pública de investigação de paternidade que seria a processada em nome das crianças carentes, as crianças abandonadas ou carentes porque aí realmente é uma ação social, não é para defender as heranças maravilhosas, mas para dar um mínimo de estrutura a essas crianças que nascem, o direito não só ao nome do pai como a obrigação, a responsabilidade desse pai

assumir a criação desse filho, que isso é um problema seríssimo hoje no Brasil, na nossa sociedade, essa montanha de crianças abandonadas e que tem muito a ver sim - agora vou dar uma de feminista aqui - com a irresponsabilidade dos homens.

Estatisticamente, o número de mulheres que abandonam os filhos é ínfimo, existe, a mulher não é santa, tem todos os defeitos do mundo, bate no marido, abandona a filha, mas é infimamente inferior esse tipo de comportamento. Então, vamos fazer uma ação, é uma coisa de processo, mas está lá na constituição porque é uma coisa necessária para a defesa da nossa sociedade.

Outra coisa, aí é uma inovação bonita, isso aí a responsabilidade é minha, é a função social da maternidade. É uma reivindicação das mulheres, movimento de mulheres e eu afinal de contas esse meu trabalho nunca foi feito sozinha, eu sempre trabalhei por mim, mas sempre ligada a grupos de mulheres, comecei o meu grupo de reflexão em 61, essa preocupação toda e participando dos debates, participando desse movimento social que é o de mulheres no Brasil, especialmente São Paulo, uma das coisas que se reivindicava era isso, nós temos que ter escrito que a paternidade tem uma função social. E aí tem que vir uma resposta do Estado, porque tudo que tem uma função social vai ter que ter uma resposta, não é mais um ônus social. Um ônus social da mulher que é protegido com alguma lei trabalhista, que so vai pegar aquela mulher trabalhadora, naquela determinada... e as outras. Nem todas as mulheres têm relações de emprego com carteira assinada, muito pelo contrário, uma minoria ainda embora cresça assustadoramente o número, por necessidades econômicas, participação social e tal, mas ainda é pequeno. Então nós temos que considerar essa função social da maternidade. Aí vai vir a resposta do Estado, que é outra das grandes reivindicações do movimento de mulheres, que são as famosas creches. Esse nome eu não gosto, acho horrível. A ideia de creche dá impressão de que você deixou a criancinha num berço e

deixou ela lá, não é isso. É toda organização que possa pegar uma criança de zero aninho e dar uma nutrição, guarda, cuidados de saúde; depois, escolinha maternal dos dois aos quatro anos e pouquinho e depois vai pegar dos cinco em diante no pré-escolar. Inclusive o comitê de educação, questão pacífica de que a educação não vai ser a partir do curso primário mas vai ser a partir do pré-primário, que isso é uma coisa que estava faltando. Então você liga tudo isso, dos zero ano até a idade que aquela criatura conseguir permanecer no sistema de ensino se capacitando para a vida, ela vai ter isso. Então, a obrigação da creche não vai ser só aquela obrigação da empresa que quando tem mais de 30 empregadas com mais de 16 anos de idade é obrigado a fazer uma creche. Não, vai ser uma obrigação da empresa sim e vai ser uma obrigação do Estado de criar uma rede nacional de creches, em nível de União, Estados e Municípios. Eu fico alegíssima quando eu vejo isso no papel, agora, quero ver isso é na prática. Aí você vai ter que desenvolver todo um sistema e aí você vai dizer: isso é da mulher? É da mulher, mas é muito mais da criança porque a criança é um cidadão e esse cidadão precisa. Aí você pega a célula toda, pega a criança, a mãe, a família, a comunidade, tudo. Isso é um sonho que a gente tem de ver essas coisas todas.

Aí eu peguei alguns pontos que mostram que dentro de uma nova constituição nós poderemos alcançar as normas fundamentais para depois criar então toda a legislação modificada, não só a legislação que existe. E eu não sou tão leguleja assim, eu falo em legislação, mas não é que a legislação vai ser a solução do mundo, vai ser apenas aquelas normas básicas, nós temos tudo para construir ainda em cima, aproveitando o que nós já temos, porque a final de contas nós já evoluímos muito, graças a Deus, nós temos que aproveitar o que nós temos e construir em cima disso uma nova instituição.

E eu às vezes me pergunto: será que esse negócio de ficar pensando só em mulher e família não é uma coisa muito restrita? Se

bem que eu não faça só isso, eu estou aqui participando de todos os debates, lutando pelas questões maiores da nação, tomando a minha posição e dando a minha contribuição de mulher. Aliás, nessa bendita comissão, duas mulheres só a gente tem que ter as armas um pouco maior para lutar.

Mesmo que eu ficasse só nesse filão e conseguisse , junto com os outros colegas da comissão e o apoio que eu tenho do movimento de mulheres, efetivar essa democratização da família, eu acho que nós estamos contribuindo para uma sociedade nova. Se nós estamos partindo para uma sociedade mais socializada, mais aberta, mais justa essa família também tem que entrar, ela não pode continuar ficar naqueles moldes patriarcais, solutos que enterram o processo, porque a família patriarcal enterra o processo de desenvolvimento da sociedade, infelizmente . Nós temos que mudar um novo modelo de família, que também é eu acredito' na família, acho que a família não tem como, essas bandeiras libertárias absoluto eu não acredito. Não tem jeito, a gente nasce de pai e mãe mesmo, não nasce de proveta. A afetividade, essa coisa importante, tão rica que a gente carrega como ser humano é a família.

A SRA. ENTREVISTADORA - Floriza, eu queria que você desse a sua opinião sobre o aborto, sobre a inserção da questão do aborto nesse momento da sociedade brasileira.

A SRA. FLORIZA VERUCCI - Em termos de constituição' eu acho que não cabe. Houve até uma tentativa por parte de um dos conselheiros, que naturalmente trancasse o processo, queria absolutamente impedir absolutamente o processo de debate sobre a questão colocando-o numa constituição como proibido. Eu acho isso um absurdo. Acho até mal intencionado, se você quiser a minha opinião sincera. Porque em primeiro ' lugar a questão do aborto é uma questão do código penal, não é uma questão constitucional e assim foi considerado pela constituição, eu defendi esse ponto de vista e foi praticamente unânime a posição, inclusive por-

que o aborto não é uma questão constitucional, absolutamente, uma questão do Código Penal.

Agora, a questão social do aborto dentro da sociedade brasileira como você colocou é uma questão importantíssima. Acho que todas nós mulheres e homens com a cabeça mais no futuro tem que se preparar para um debate a respeito disso, tem que amadurecer essa questão em todos os segmentos da população para que talvez num futuro não tão remoto nós consigamos alterar a legislação do aborto no Código Penal de modo a encarar a realidade social brasileira porque o Brasil infelizmente é o campeão de abortos no mundo. Nós temos aqui cerca de três a quatro milhões de abortos provocados, praticados da pior maneira possível, com alto índice de mortalidade, de lesões graves de esterilizações e tudo isso acontece aonde? Nas classes mais carentes, as mulheres mais carentes que não podem recorrer como as mulheres de classe média e as outras recorrem tranquilamente para suas clínicas onde elas são muito bem tratadas. E o aborto é praticado no Brasil em todas as classes sociais.

Eu não quero dizer com isso que já que é um problema tão grave, vamos liberá-lo, não é por aí, a reflexão tem que ser feita da maneira mais madura e mais profunda, tem que encarar a nossa realidade .

Isso está ligado de uma certa maneira às consequências da adoção de um planejamento familiar adequado no Brasil que pode diminuir muito essas taxas de incidência. Isso sim, isso eu defendi na comissão, a inserção de um conceito de planejamento familiar, direito das pessoas, dos indivíduos, vedada a intervenção do Estado, vedada a intervenção de instituições internacionais, nacionais, ou seja o que for para impor programa de controle de natalidade, isso é uma coisa que nós não podemos admitir, mas nós temos que dar. Todas as mulheres brasileiras, especialmente as mais pobres, que têm mais dificuldades o acesso a atendimento integral da saúde, a informação sobre os meios anticoncepcionais, o cuidado com

ela e com a sua e dando o direito de escolher, se ela quiser ter um filho só ou nenhum, tudo bem, se ela quiser ter três, quatro, cinco, seis ou sete, que tenha esse direito de ter. Aí a gente vai ter que melhorar o nível social do Brasil para permitir que essas crianças todas tenham acesso como cidadãos.

Agora, a questão do aborto está sendo usada e vai ser usada de uma maneira muito desonesta porque considera apenas a parte sentimental. Quando você fala em aborto no Brasil o pessoal se arrepia, eu entendo essa emocionalidade em torno disso. E nenhuma mulher que eu saiba pratica aborto por prazer, por que quer, porque é engraçado ou porque é uma maneira de controlar a sua natalidade. Isso é uma falácia. é o último recurso penoso, terrível, com várias consequências, mas isso temos que tratar com a devida calma, e estamos preparados.

Quem for para o congresso nacional, na hora do hora veja para debater essa questão se alguém se levantar nessa linha. Agora eu acho que não é questão constitucional, não deve aparecer a questão aborto na constituição, não há a menor necessidade, vamos tratar isso no Código penal, se deus quiser.

A SRA. ENTREVISTADORA - Floriza, eu queria agradecer a sua disponibilidade em relação ao projeto da Fundação Pró-Memória, realmente foi uma entrevista muito interessante.

A SRA. FLORIZA VERUCCI - Muito obrigada.

2 docs.  
03/07/1986  
18 fls.

MC 2  
cpmc/ep

Entrevistas com membros da CEC: Mauro  
Santayanna e Reverendo Guilhermino  
Cunha

Data: 03/07/1986

Código antigo: 0600390 } Sita cassete: 390 (Arm 6. P2.)  
Sita de vídeo: 14 (Arm 6. P1.)

390

0600390

ENTREVISTAS : MAURO SANTAYANNA

3.07.86

390 lado 01  
Fita nº (10)

A SRA. ENTREVISTADORA - Itaipava, 3 de julho de 1986, Comissão de Estudos Constitucionais. O entrevistado de hoje é Mauro Santayanna, que vai nos falar primeiro da sua vida profissional e sua trajetória até chegar à Comissão de Estudos Constitucionais.

O SR. MAURO SANTAYANNA - Com alguma pretensão, e não a nego, acho que cheguei a esta Comissão por ser formado no que eu chamaria uma universidade do povo. Eu sou autodidata, não tenho curso primário e aprendi tudo o que sei no convívio com o povo e depois no exercício do jornalismo, em que estou há 35 anos. Entrei para o jornal ainda adolescente e ali aprendi algumas coisas, tomei conhecimento de algumas coisas. Mas o que acho que sei mesmo eu já sabia ao entrar para o jornal, eu aprendi com o povo porque, como disse Eliot, eu acho que há uma distinção o saber, o conhecer e o informar-se. É um verso muito conhecido, o meu inglês é péssimo, mas há um verso que diz o seguinte:

"Where is the wisdom? We lost in knowledge.  
Where is the knowledge? We lost in information."

É que eu sei eu aprendi com o povo do meu país, andando pelo interior de Minas, convivendo com a miséria, a tragédia, o sofrimento como repórter de polícia. E depois, aos 22, 23 anos, quando já era um jornalista mais ou menos conhecido em meu Estado, eu já me considerava um homem formado. O que eu aprendi de lá para cá foi muito pouco e sempre tive uma preocupação muito grande em lutar pelo meu povo, lutar pela minha classe, ou seja, pela classe dos trabalhadores, porque o fato de eu hoje ter talvez um rendimento maior que me coloca numa faixa social a que se poderia chamar pequeno burguesa, no espí-

rito eu continuo o mesmo filho de trabalhador que sou.

No jornal como repórter de polícia e depois como repórter político, eu pude desenvolver um pouco a minha atuação. Em 1964, que é uma data muito importante para a nossa geração, para o nosso tempo, para o nosso século brasileiro, eu fui obrigado a viver no exílio. Passei 10 anos no exílio sempre trabalhando como jornalista. Como jornalista trabalhei no México, trabalhei na Tchecoslováquia, trabalhei na França, trabalhei na Alemanha e percorri toda a Europa trabalhando como jornalista e percorri outros países de outros Continentes, sempre trabalhando como jornalista. Fui correspondente de dois grandes jornais brasileiros no exterior, do Jornal do Brasil e da Folha de São Paulo.

Em 1976 eu me associei, de certa forma, politicamente ao Dr. Tancredo Neves. Voltando do exílio, eu percebi que nós não tínhamos outra oportunidade de sair do impasse histórico em que estávamos, sob uma ditadura militar sem esperanças, se nós não fizéssemos um movimento que rompesse com esse impasse pelo centro político. E eu naquele momento achei que a personalidade política capaz de fazer esse rompimento pelo centro era Tancredo Neves, que o Estado em que era possível fazer esse rompimento pelo centro era Minas Gerais. E Tancredo, não só por ser Tancredo, como se pelo homem que vinha do velho PSD mineiro, que a meu ver é um partido que encarna aquilo que Maquiavel chama de vida política, é o partido que sempre soube trabalhar com o possível e com a realidade de seu tempo.

Tancredo tinha aquelas virtudes pessedistas de Minas. Então eu o procurei, não era amigo meu antes disso, não digo que tenha sido um amigo meu ao longo desses 10 anos de colaboração política, mas nos associamos com este objetivo. E eu então dei a ele toda a colaboração política que podia dar. Nesse

se trabalho nós conseguimos construir uma massa, um lastro crítico de centro em Minas que o levou primeiro à liderança do então Movimento Democrático Brasileiro, em 77, depois ao Senado nas eleições de 78, ao Governo de Minas em 82, e à Presidência da República em 85.

Os fados quiseram outro destino para o País com a sua doença e a sua morte, mas nós estamos aqui fazendo, e digo tranqüilamente que estou cumprindo uma missão dele, porque esta Comissão foi pensada e imaginada por ele, e ao projeto eu dei a colaboração que pude, antes mesmo que se consolidasse a sua candidatura à Presidência da República. Imaginamos esta Comissão ainda em 84, no início de 84 e o objetivo era o de levar o debate constitucional a todo o povo brasileiro, o de tirar das elites intelectuais e políticas o privilégio de redigir uma Constituição.

Então a Comissão tem dois objetivos: um deles é o de fazer realmente o esboço de um anteprojeto que possa servir de alguma forma como ponto de partida para os futuros constituintes, se dele quiserem fazer este ponto de partida.

O outro objetivo desta Comissão é o de levar o debate sobre os temas constitucionais à população brasileira. E nós estamos levando esse debate. Nós estamos levando esse debate mesmo quando a comissão é atacada violentamente como está sendo atacada.

No início ela era considerada um colégio reacionário das elites reacionárias brasileiras e, como tal, foi qualificada por personalidades que se diziam de esquerda. Depois ela foi ignorada como se nós estivéssemos apenas numa academia inócua em que falássemos vaquilhões e tratássemos de conceitos jurídicos abstratos. Agora ela começa a ser usada de estar no

desvario anarquista, o que significa que ela não está nem a direita nem a esquerda, ela está no centro político na possibilidade deste País. O Estado é sempre a sua possibilidade. Ele pode estar aquém da sua possibilidade, mas nunca além da sua possibilidade.

E o que nós estamos fazendo neste momento é tentando harmonizar a angústia pela justiça social que a Nação tem, a necessidade da afirmação de sua soberania nessa passagem de século e de milênio. E estruturas jurídicas que tornem possível a garantia do indivíduo. Garantia do indivíduo como ser pessoal, como pessoa, como indivíduo e como ser social, diante de estruturas novas que se não houver uma resistência do humano essas estruturas novas aniquilarão o homem com a sua experiên-cia milenar de ser solidário, de ser criador e de ser - porque não dizer no conceito de Singa? - o mûdico que o homem é.

Então nós temos que preservar essas coisas . Estamos tentando ajustar esse texto constitucional, essas aspirações do homem brasileiro, mas tentando também ajustar o homem brasileiro para romper com a injustiça secular, uma injustiça terrível que faz com que alguns cidadãos sejam de primeira classe neste País e outros sejam de classe nenhuma, desgarrados e exilados em seu próprio País, em sua própria história.

E isso que nós estamos tentando e acho que estamos indo muito bem. Quanto aos três pontos que eu acho fundamental nisso e que estão mais ou menos de forma geral incluídos, nós lutamos por proposta do Conselheiros José Afonso da Silva, a quem eu faço minha homenagem como um homem do povo, e de Luiz Pinto Ferreira nós votamos com o capítulo que disciplino o capital estrangeiro no Brasil porque o direito de legítima defesa dos nossos empresários, do capital nacional que é fru

to do trabalho dos brasileiros contra a prepotência das grandes corporações multinacionais. Este me parece um ponto fundamental para afirmação da nossa soberania porque a soberania jurídica e política têm que ser garantida pela soberania econômica, pela independência econômica. E estamos defendendo o nosso patrimônio contra a avidez, a cupidez das companhias multinacionais' que operam neste País.

E mais ainda, defender o nosso direito de pagar juros honrados e honestos pelo capital que tomamos emprestado. Aliás, nós não tomamos, o governo militar que substituiu a soberania nacional, que se impunha a ele em nome do povo, contraiu compromissos que nós iremos pagar, mas não podemos pagar, como dizia Tancredo, com a fome do povo brasileiro. Vamos pagar no limite das nossas possibilidades. É um direito nosso fazer isso, quando nós sabemos que quase dois terços da nossa dívida ' corresponde a juros sobre juros e não ao principal que realmente entrou aqui. E quando mais sabemos que grande parte dessa dívida foi tomada por filiais de empresas multinacionais que operam em nosso País. A rigor não é débito nosso, mas débito ' dessas companhias que nos exploraram.

Este é um ponto que eu acho importante.

Outro ponto que eu acho importante é a descorporativização, a descartorialização da sociedade brasileira. O Brasil começou a sua vida na descoberta com os privilégios repartidos. Os que aqui vieram de Portugal, vieram nas naus do Rei e todos já com os territórios divididos e rendas atribuídas. E nós não conseguimos sair disto até hoje. Esta Constituição, pelo menos este anteprojeto nosso, tenta liquidar com essa cartorialização, tenta liquidar com esse corporativismo, como nós votamos ontem um dispositivo importante que é o de retirar o

privilégio de certas profissões, privilégio não concedido pelo saber profissional de cada um, não pelo seu esforço, não pelo seu talento, não pela sua inteligência, mas apenas porque é um privilégio conferido por um diploma. E nós avançarmos para uma situação dramática em que todas as profissões seriam regulamentadas ou seriam permitidas através de diploma, que era uma situação extraordinariamente terrível porque não haveria espaço para a mobilidade horizontal da sociedade brasileira. Nós cairíamos num mundo perfeito em que o cidadão aos 25 anos estava condenado a ser o profissional só pela vida inteira se passasse pela universidade. E outros que não tivessem o privilégio de passar pela universidade seriam condenados à miséria permanente e a uma situação de cidadãos de segunda classe em seu País.

Estamos então rompendo com essas coisas, porque na verdade nesses últimos 21 anos nós nos desacostumamos da democracia e adquirimos as piores condições do ser humano, que é do egoísmo, do ódio porque todos reclamam hoje de democracia, mas na verdade a democracia é aquilo que, todos queriam a democracia que fosse a democracia para a sua corporação, para o seu grupo social, para si mesmo, não a democracia para o todo.

Nós estávamos numa situação em que nós não éramos cidadãos de um País, mas membros de uma corporação. Nós não éramos brasileiros, mas éramos engenheiros, advogados, economistas, jornalistas. Então temos que romper com isto. Temos que colocar em primeiro lugar o título mais importante que qualquer homem neste País deve ter e é o de cidadão brasileiro, e não o título de uma corporação qualquer, por mais meritória por mais nobre que seja esta corporação.

Então eu acho que nós estamos caminhando nis

so e o rompimento da injustiça social quando colocamos muito claramente no nosso anteprojeto que a propriedade tem que estar subordinada à sua função social, à sua obrigação social, porque ninguém construiu nenhum bem da terra, ninguém fez nada. Apenas o trabalho transforma algumas coisas em outras no universo que nós herdamos e que iremos deixar para os nossos filhos.

Então não é justo que alguns homens tenham o direito de propriedade e de domínio sobre o direito de parcela desses bens e que os mantenham com a fome desses homens, com a miséria de outros homens, com o suor e com a vida dos outros homens, porque nós estamos numa espécie de canibalismo brutal que eu creio ser muito mais grave do que o canibalismo clássico, o canibalismo das tribos primitivas, porque o nosso bem-estar, o nosso luxo e a ostentação, sobretudo a ostentação que há neste País são pagos com a morte de milhares de crianças brasileiras todos os dias.

A SRA. ENTREVISTADORA - Muito bem. Pela primeira vez nós tivemos uma entrevista aqui 100%, olhando para a Câmara do jeito que eu queria. Botou para quebrar!

Muito obrigado!

\* \* \* \* \*

390

0600390

ENTREVISTAS : REVERENDO GUILHERMINO CUNHA

3.07.86

390 lado 02  
Fita nº (10)

A SRA. ENTREVISTADORA - Itaipava, 3 de julho de 1986, reunião da Comissão de Estudos Constitucionais, o entrevistado da Fundação Pró-Memória e o Reverendo Guilhermino Cunha, a quem eu pediria que nos desse uma noção da sua ascensão até a Comissão e como tem sido o desenvolvimento profissional e político do senhor.

O SR. GUILHERMINO CUNHA - Eu sou nascido em Minas Gerais, na cidade de Dom Cavati, ali bem próximo a Inhapim, na Zona da Mata.

Estudei em Presidente Soares num colégio evangélico, depois em Belo Horizonte num colégio estadual e depois senti um chamado de Deus para o ministério evangélico protestante. Sou um pastor calvinista e fui para Vitória, no Espírito Santo. Ali não somente fiz o curso de teologia em cinco anos, mas também de filosofia, começando esses estudos e terminando na faculdade D.Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rey, onde sou licenciado em Filosofia.

E também o curso de Direito. Nós começamos o curso de Direito na Faculdade de Direito de Cachoeiro do Itape-  
mirim e terminamos no Rio de Janeiro, na Faculdade Brasileira de Ciências Políticas. Este curso de Teologia em 1968 e o de Direito em 1977. Filosofia, nós terminamos em 73. Ao terminar o curso de Direito nós também estivemos nos Estados Unidos por dois anos, onde em dois anos consegui dois mestrados ligados à Universidade da Pensilvania, no Seminário Teológico de Pitsburg. Mestrado em Teologia e em Divindade.

Em 1984, no dia 7 de outubro, quando recebemos no Brasil a visita do ex-Presidente Jimmy Carter e o Dr. Tancredo Neves, então candidato, estava em plena campanha, nós o rece-

bemos na Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, onde Jimmy Carter foi o pregador, eu tive o prazer de seu intérprete, e o Dr. Tancredo Neves, juntamente com o Governador Leonel Brizola e outras autoridades estavam presentes a este ato de culto na Catedral Presbiteriana, no Rio de Janeiro.

E ali, no meu gabinete pastoral, foi que o Dr. Tancredo conversou com o ex-Presidente Jimmy Carter. Creio que desses contatos muito rápidos nasceram as primeiras razões da lembrança provável do nosso nome, uma vez que oferecemos o medalhão da Catedral ao Presidente Carter e um exemplar comemorativo da Bíblia Sagrada dedicado pela Catedral ao Presidente Tancredo Neves com uma dedicatória assim bem mineira, dedicando a ele o Salmo de número 37, versículos IV e V.

Em janeiro de 1985 nós nos encontramos em Washington e ele ainda se lembrou da Bíblia que recebera e me disse: "Pastor, a sua profecia se cumpriu." Já era então Presidente da República.

Naturalmente muitos nomes foram lembrados para a Comissão de Estudos Constitucionais. Da comunidade evangélica, que neste ano deveremos ser mais de 12 milhões de evangélicos no Brasil, alguns colocam entre 15 e 20, mas eu prefiro uma estatística mais modesta e de acordo com as estatísticas oficiais do IBGE, nós somos cerca de 12 milhões de evangélicos no Brasil.

Vários nomes foram indicados. O meu nome foi indicado pela OMEB - Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil - que tem 6 mil membros e 12 conselhos regionais e escritórios nas principais capitais do Brasil. Como Procurador-Geral da Ordem dos Ministros Evangélicos, o nosso nome foi indicado com ofício ao Presidente Sarney, ao Presidente do Sena-

do, Dr. Fragelli; ao Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães e ao Ministro da Justiça, Dr. Fernando Lyra.

E um detalhe para a História e para a memória é que o nome do evangélico indicado pela OMEB foi levado ao Presidente do Senado, ao Presidente da República, ao Presidente da Câmara e ao Ministro da Justiça por mãos do Deputado do Estado do Espírito Santo, Teodorico de Assis Ferraço, de quem eu fui diretor de educação em 1973, e também fui assessor pessoal. A amizade de mineiro com capixaba - sou casado com uma capixaba, Elida Barreto da Cunha e tenho três filhos. De maneira que com esse perfil chegamos à Comissão de Estudos Constitucionais também com o apoio, segundo ficamos sabendo depois, do próprio Presidente da Comissão, Dr. Afonso Arinos de Melo Franco. Provavelmente haja uma ligação porque o escritor Orígenes Lessa, que ocupa a Cadeira nº 10 na Academia Brasileira de Letras, e membro da minha igreja, é meu paroquiano. Então é provável que os Imortais tenham conversado para que um mortal pudesse ter chegado à Comissão de Estudos Constitucionais.

A SRA. ENTREVISTADORA - E dentro da Comissão, quais seriam as propostas mais importantes que o senhor gostaria de ver incluídas no texto constitucional e as quais o senhor está mais dedicado?

O SR. GUILHERMINO CUNHA - Dentro da Comissão nós trouxemos, logo de início uma proposta que é nitidamente característica da mentalidade calvinista, da mentalidade evangélica. Nós produzimos um documento distribuído a todos os membros da Comissão intitulado "Princípios bíblicos que devem transparecer na nova Constitucional", onde nós tratamos no preâmbulo dos direitos, deveres, garantias e liberdades da pes

soa humana, tratamos do meio ambiente, tratamos da ordem social e econômica e falamos da estruturação do poder. E todos estes aspectos nós tratamos citando textos da Bíblia que devem ser preservados e permear a futura Carta Constitucional.

Então nós lembramos, por exemplo, a respeito dos direitos do homem uma realidade muito consagrada: que o homem, criado por Deus, nasce livre e tem direito à vida, à dignidade, à liberdade, à justiça e à propriedade. E aqui nós afirmamos que se deve preservar a isonomia constitucional, frisando a liberdade dos homens e dignidade diante de Deus como um princípio natural e diante da lei como um princípio dos homens.

E hoje vejo, como uma das realidades que eu quero que figure na futura Constituição, exatamente essa isonomia no seu sentido mais amplo, condenando toda e qualquer forma de discriminação das minorias, seja por raça, por cor, por posição social.

Mas, curiosamente, com muita felicidade, eu vejo que no nosso esboço de anteprojeto também está-se condenando os privilégios. Ninguém será discriminado nem por conceder privilégios e nem por ser prejudicado por pertencer a uma minoria. Eu desejo que este tipo de isonomia conste na futura Carta Constitucional do Brasil e também a preservação das liberdades, especialmente a liberdade de culto, a liberdade de expressão religiosa.

Fomos nós quem propusemos que a liberdade de religião pudesse respeitar a dignidade da pessoa humana. Isto porque já neste ano de 1986 temos conhecimento de pelo menos 93 templos em que se pratica o culto a Satanás. Então dentro do

satanismo e de algumas seitas absolutamente exóticas admite-se às vezes até o sacrifício humano ou a tortura humana em nome de religião. E como evangélico, entendo que a dignidade da pessoa humana precisa ser preservada. A liberdade de consciência e de culto diante de Deus é absolutamente indevassável, entretanto a liberdade de religião precisa respeitar a dignidade da pessoa humana.

Uma outra contribuição que nós sugerimos, e ainda há pouco acabou de ser votada aqui em Itaipava, é exatamente a presenção de inocência. Quando uma pessoa é culpada, ela é presumida inocente até que haja uma declaração judicial de culpa. A tradição do Direito brasileiro quase sempre a pessoa era considerada, desde antes dessa Constituição, culpada e ela tinha que fazer tudo para provar que era inocente. E muita gente sofreu por ausência de um princípio como este.

E, por fim, como você pediu que déssemos algumas idéias, aí estão três delas, além de uma sugestão que trazemos de um preâmbulo para a nossa nova Constituição do Brasil.

Posso ler o preâmbulo? Eu gostaria de dizer que este preâmbulo foi atendendo a uma solicitação do Comitê Temático nº 01, que tratou exatamente da ordem constitucional, dos direitos, liberdades, garantias e também da própria ordem internacional, o Brasil em relação às outras nações.

Numa das primeiras reuniões em janeiro de 1986 começamos a debater como deveria ser o preâmbulo da futura Cons-

tituição. E nós então começamos a dizer que esse preâmbulo de veria preservar a soberania de Deus sobre os destinos da nação, pois só é feliz a nação cujo Deus é o Senhor.

Começamos a dizer que esse preâmbulo deveria também voltar para os direitos da pessoa humana, a dignidade da pessoa humana e visar um humanismo cristão. E quando nós conversávamos, numa primeira rodada, foi proposto, por um dos Conselheiros, professor Cândido Mendes, que alguém deveria produzir um primeiro esboço de preâmbulo, logo apoiado pelo Senador Mário Martins, de que deveríamos ter um documento a partir do qual nós discutiríamos o preâmbulo.

E, por uma proposta de Cândido Mendes, pediu-se que o Reverendo Guilhermino Cunha escrevesse o primeiro esboço. E olhe, sou o pastor, naturalmente não estou exercendo e não exerci a profissão de advogado, sou realmente um defensor da causa do Evangelho de Cristo. Mas vi-me com o privilégio de escrever o primeiro esboço de preâmbulo.

Até que a seguir surgiu a informação clara de que o Presidente da Comissão, Dr. Afonso Arinos de Melo Franco, reservava o privilégio de escrever o preâmbulo da nossa proposta. Mas eu já tinha produzido e distribuído o esboço de preâmbulo que passo a ler. E naturalmente algumas dessas idéias, inevitavelmente, estarão no preâmbulo da futura Constituição, seja quem for aquele que há de produzi-la.

Tem as seguintes preliminares:

O Brasil, País de dimensões continentais, chão em que seus filhos e diferenças raças e origens nele se irmanam afirma no contexto das nações os ideais de liberdade, fraternidade e justiça social para todos os seus filhos.

A soberania nacional, a integridade territorial, a democracia e a paz social são os seus objetivos vitais. O Brasil caminha em direção a uma plena democracia social onde há de predominar o amor e a justiça. Afirma e defende a prevalência dos interesses sociais sobre os direitos individuais. O povo brasileiro tem direito a uma vida digna, à liberdade, à educação, ao trabalho, ao livre exercício da fé, a buscar a felicidade e a ser feliz.

A Constituição reconhece e consagra os direitos e deveres do indivíduo e da coletividade, com princípios que devem ser adotados e respeitados pelo povo brasileiro.

O povo brasileiro, por seus legítimos representantes e irmanado em seu espírito de soberania, democracia, paz, religiosidade e unido no propósito de alcançar a plena justiça social, bem como a uma vida digna e feliz para todos, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga o seguinte texto constitucional. Que se siga o esboço de Constituição ou os artigos que forem aproveitados e aprovados pelo Congresso Constituinte, mas que do Brasil jamais se afastem a bênção e a proteção de Deus. É a oração que faço como brasileiro e como Pastor

Presbiteriano, Pastor da Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, a igreja mater do presbiterianismo nacional. Ela data de 1859, 12 de agosto de 1859. Sinto-me como um jovem pastor calvinista, servindo a uma velha, mas dinâmica e sempre florescente igreja, onde nós preconizamos a justiça social em que todas as pessoas que são discriminadas possam ser integradas. De maneira que o lema calvinista seria: todos proprietários, e não necessariamente todos proletários. Queremos nivelar por cima, queremos que haja progresso, porque Deus quer o progresso dos homens.

Não é pecado ter riqueza, desde que você não ponha nela o seu coração, que você possa usar toda a sua propriedade com o fim legitimamente social, para o bem da sociedade, para o bem da humanidade. Até admito que, em primeiro lugar, você pense no seu bem, da sua família, depois na comunidade mais imediata. Mas se você tiver alguma coisa e não a colocar a serviço da humanidade e da sua Pátria, você está traindo a dignidade de pessoa humana e o direito de possuir alguma coisa. E se você nada tem de bens materiais, você tem a dignidade, você tem a vida, que é o maior e mais precioso patrimônio.

Que assim aconteça na vida do povo brasileiro. É o que eu mais desejo ao trabalhar honrosamente e com o gáudio para mim próprio e para a minha família na Comissão de Estudos Constitucionais.

Quero dizer do imenso carinho que nutro pelo Presidente da nossa Comissão, Afonso Arinos de Melo Franco. Um homem que em todos os momentos soube transmitir muita serenidade e muita firmeza nos debates e nos trabalhos da Comissão de

## Estudos Constitucionais.

A cordialidade desta Comissão vai marcar-nos para o resto da vida. E creio que vai ficar um saldo de amizade, de companheirismo, de solidariedade entre todos os que trabalhamos nesta Comissão.

Há que ressaltar o trabalho bonito que a im-prensa realizou durante esses debates, de tal maneira que por altura do mês de julho de 1986, praticamente o debate constitucional estava reduzido à Comissão de Estudos Constitucionais. É a imprensa comparecendo ali em favor do testemunho da verdade.

É fato que umas pequenas distorções aconteceram aqui e ali, mas por falta de informação. São estas algumas idéias e restam-nos alguns minutos e, se você tiver alguma pergunta a mais, talvez seja melhor fechar com o que você pergun-tar nesse trabalho tão bonito do nosso Ministério da Cultura, da Fundação Pró-Memória e vocês estão realmente escrevendo hoje a História do Brasil amanhã.

A SRA. ENTREVISTADORA - Eu queria só agradecer o seu depoimento que realmente foi muito bom, muito claro. Muito obrigado.

O SR. GUILHERMINO CUNHA - Foi com imensa alegria.

\* \* \* \* \*

2 docs.  
01-02/07/1986  
26 fls.

MC2  
cpmclaps

Entrevistas com membros da CEC: Floriza  
Verucci e Bolivar Samounier  
Datas: 01 e 02/07/1986

Código antigo:  
0600388

Fita de vídeo 6 (Cwm 6. P1.)  
Fita cassete 388 (Cwm 6. P2.)

A SRA. ENTREVISTADORA - Programa Memória da Constituinte, Itaipava, 19 de julho de 1986, entrevista com a advogada Floriza Verucci, da Comissão de Estudos Constitucionais.

Dra. Floriza, nós gostaríamos de saber alguns dados a respeito da sua trajetória profissional. Como a senhora veio a fazer parte dessa Comissão de Estudos Constitucionais ? Que caminhos traçou, como estudou, qual foi o seu desempenho profissional, político etc.?

A SRA. FLORIZA VERUCCI - Eu posso até dizer que é uma espécie de culminação de uma trajetória que vem de muitos anos, desde 1961 quando formei meu primeiro grupo de reflexão sobre a condição da mulher em São Paulo no momento em que o Brasil se propunha justamente a trabalhar dentro de inovações, era um período de grande efervescência em que todas as pessoas se voltavam exatamente para esse sentido nacional, para esse sentido de futuro, e eu sempre tive na minha cabeça, desde os bancos escolares, essa preocupação imensa com o equilíbrio entre o equilíbrio entre a população masculina e a população feminina não só no Brasil como no mundo.

Naquela época, apesar de não ser como hoje, as coisas eram mais toscas e estavam ainda nos seus limiares, esse grupo de reflexão tentava acompanhar o que se passava no Brasil. Era, inclusive, a proposta de estudar a situação brasileira. E eram mulheres jovens, algumas casadas outras não, umas com filhos e outras sem, umas com cursos e outras sem e que se propunham a debater e a participar daquele momento partindo do zero.

Eu também, de uma certa maneira, partia do zero, apesar de já estar formada e de já ser profissional etc., mas eu também partia do zero nesta proposta coletiva. Não se fa

lava em feminismo no Brasil naquela época. Realmente nem se fa lava essa palavra. Era realmente uma grande vontade de participação e de descobrir por que a nossa participação não era aquela que nós desejávamos.

A partir daí, ou com isso, eu fui desenvolvendo junto ao meu trabalho profissional como advogada, muito mais a preocupação de trabalhar com a mulher na area da família. E, família porque o Direito de Família é o que diz respeito ao cotidiano da mulher. Ela é ergida cotidianamente com aquelas normas que fazem parte de um código e elas não têm conhecimento disso. Então, no trato com as minhas clientes mulheres eu comecei a desenvolver dentro de mim, não só a vontade de trabalhar nessa direção como também o estudo, a preparação, a dedicação aos outros níveis de conhecimento que pudessem levar a um trabalho mais efetivo.

Eu acho que este é o começo. Resumidamente, nós não temos muito tempo, imagino eu, mas foi por aí que comecei e por aí que comecei a desenvolver o meu trabalho.

Depois surgiu, depois da década de 70, trazido da Europa um pouco das próprias mulheres que tinham ido para a Europa, exiladas ou não que voltavam para o Brasil a idéia do feminismo como ele se apresentava na Europa nos anos 70. E aí houve uma certa convergência. Eu trabalhei sempre de uma forma absolutamente independente e autônoma, sempre colaborei com muitos grupos mas nunca fui efetivamente assim pertencente a grupo nenhum, embora hoje eu faça parte da Pró-Mulher, que é uma entidade que trabalha inclusive com assistência judiciária, assistência à saúde da mulher em São Paulo, fiz parte da Frente das Mulheres Feministas e estou sempre girando em torno da questão da mulher, mas sempre dentro da lei jurídica. Eu nunca consegui me afastar dessa trajetória que é estudar o direito, propor algu

mas coisas que pudessem servir de melhoria para a situação da mulher. E culminei esse pensamento no momento em que eu pude participar da elaboração do novo Estatuto da Mulher Casada, que parte de discussões da Frente de Mulheres Feministas no Brasil e que eu fiz juntamente com Sílvia Pimentel e que a partir daí foi todo o meu encontro com a política, com as forças políticas daquele momento, o contato com os Parlamentares o contato com o Congresso Nacional porque aquele Estatuto fosse inserido no Código Civil, ou seja, como no projeto do Código Civil - como de fato o foi - foi uma grande alegria ver aquele estatuto inserido - alegria minha e da Sílvia evidentemente - ver aquele estatuto inserido no Código Civil, embora até hoje, 19 de julho de 86m esteja ainda dormindo no Senado esperando aprovação, mas em todo o caso foi aprovado pela Câmara. E, portanto, eu acho que é irreversível quanto a isso.

Depois comecei a me interessar naturalmente pelos aspectos constitucionais. O Brasil entrou na era constitucional novamente. Depois da mudança toda que ocorreu no ano passado para cá nós entramos novamente numa era em que nós tentamos agora trabalhar para fazer um novo pacto social, para fazer uma nova relação entre o Estado e os indivíduos e nesse momento eu me encontro feliz de estar participando da Comissão de Estudos Constitucionais, contribuindo modestamente com aquilo que eu posso contribuir especificamente na questão de democratização da família e da educação e também votando da melhor maneira possível em todos os assuntos que são de grande interesse nacional.

A SRA. ENTREVISTADORA - Dentro dessa enorme gama de situações que ocorrem a mulher brasileira especificamente, quais delas seriam as mais gritantes em termos de desigualdade que redundassem numa situação de menos valia, numa situação problemática para o cotidiano da mulher?

## FLORIZA VERUCCI - OLHA, EM NÍVEL DE TEXTO

constitucional nós já temos, desde a Constituição de 34 nós já temos aquele famoso princípio da igualdade. Todos são iguais perante a lei sem distinção de raça, sexo, cor, convicção política, religiosa etc. Nós poderíamos nos dar por satisfeitos com esse princípio talvez. E daí podemos partir para todas as conseqüências das leis ordinárias de modo a poder tirar as diferenças que possam existir, e que de fato existem.

Mas eu tenho impressão de que hoje, exatamente porque a Nação toda se volta para esta Constituição como o campo no qual vão ser colocadas, e devem ser colocados a meu ver sem dúvida alguma, aqueles pontos críticos, aqueles núcleos de situações que nós queremos mudar. Então esse princípio da igualdade que vai ser mantido, evidentemente, não é suficiente. Ele não é suficiente não só porque não funcionou até agora não, porque eu acho que há outras maneiras de se colocar e se aproveitar a oportunidade da Constituição para se colocar dentro da ordem econômica, dentro da ordem social, dentro do capítulo da educação, dentro do capítulo da cultura as questões dos direitos fundamentais, evidentemente, aquilo que diz respeito à essa equiparação da mulher na sociedade não só ela, porque na verdade o nome mulher praticamente não é citado na Constituição

Esses princípios, dos quais vamos falar um pouquinho daqui a pouco, eles atingem diretamente a mulher, mas é uma forma de democratização da sociedade pela família, é uma forma de democratização da família não só pela igualdade entre o homem e a mulher mas também pela posição dos filhos gerados pelo homem e pela mulher nas diversas circunstâncias, quer seja dentro do casamento, quer não, a forma da educação brasileira como será dada ao menino e à menina e alguns outros pontos que eu acho que às vezes nem satisfazem diretamente a determinadas correntes de mulheres. Eu sei porque eu tenho participado muito disso e muitas vezes ainda escuto reivindicações de que deveria ha-

ver o capítulo, deveria haver um artigo, deveria haver qualquer coisa que dissesse sobre a mulher especificamente. Eu acho que não, acho que se nós fizermos qualquer coisa de específica da mulher dentro de um texto constitucional nós vamos estar consolidando a diferença, nós estaremos ghettoizando a mulher em nível constitucional e o que nós queremos é acabar exatamente com as diferenciações.

A SRA. ENTREVISTADORA - Dentre as diversas classes sociais da sociedade brasileira a senhora diria que há problemas que são mais específicos de algumas delas, ou todos os problemas relativos às mulheres ocorrem na mesma proporção para mulheres de diferentes classes?

A SRA. FLORIZA VERUCCI - Se a gente considerar isso num corte, que é o corte da questão da mulher independente da questão constitucional, eu acho que existe um eixo que pega desde a mulher favelada até a mulher de alta burguesia. Com esse eixo pega, que é a condição de mulher com todos os problemas específicos do seu relacionamento dessa inserção dentro de uma sociedade que não é uma sociedade igualitária, é uma sociedade machista.

Por outro lado, evidentemente que as questões das mulheres das classes mais carentes são muito mais graves, mais agudas do que as mulheres muitas vezes das classes favorecidas. Então aí a questão é mais de quantidade do que de qualidade. A qualidade da questão é a mesma. Agora, às vezes o peso da questão se torna muito mais difícil, muito mais acentuado em determinadas classes que não contam com os recursos, que não contam com as informações, que não contam com a imprensa, que não contam com o estudo e com a educação. Então talvez se torne mais difícil.

Por outro lado, vejo também, estou lembrando aqui, que em termos políticos as mulheres de classe talvez mais pobres estão com mais incentivo para se organizarem em busca de soluções para si mesmas do que às vezes a mulher da classe média ou a mulher da classe abonada, que não tem aquela premência, aquela necessidade de se organizar. Mas eu acho que fundamentalmente a questão da mulher é a mesma.

A SRA. ENTREVISTADORA - Essa sua resposta teria alguma significação a medida que talvez a representação do que é ser mulher seja diferente segundo classe social, ou seja, ser mulher numa classe social baixa não é a mesma coisa que ser mulher numa classe social mais alta porque o papel social da mulher e todo o simbolismo aí derivado é diferente por classe, ou você não concordaria com isso?

A SRA. FLORIZA VERUCCI - Eu não concordo. A minha experiência - e eu me limito na modéstia da minha experiência - mas eu vejo que não passa muito por essa diferenciação. Eu vejo diferenças, sim, nas dificuldades muitas vezes do grupo de mulheres se colocar ou da mulher enquanto pessoa se colocar, mas atrás dessas dificuldades existe um ser mulher que absolutamente é o mesmo. Ela muda muitas vezes o seu comportamento, ela muda as suas formas de desejos, o que ela tem pela frente, o que ela quer em termos de desejos.

Mas em termos de condição de mulher dentro de uma sociedade como a brasileira, que é uma sociedade masculina, em que o poder da decisão e da administração está com os homens, o poder da legislação está com os homens, eu acho que todas as mulheres entram mais ou menos pela mesma via de consequência, com a única diferença de que algumas mulheres estão mais abonadas e elas se iludem muitas vezes que a sua condição é melhor do que a outra, o que não é verdade, às vezes a sua condição é até pior, em determinadas circunstâncias é até muito pior porque inclusi-

ve enquanto que uma mulher de uma classe mais carente tem dificuldades de informação e de recurso, mas às vezes ela tem muito mais coragem de ir em busca daquilo que ela precisa do que a mulher de uma classe mais abonada que é limitada aos seus preconceitos, fica limitada a determinadas formas que ela não tem coragem de sair, haja vista a delegacia de mulheres em São Paulo, que é uma experiência recente e que trouxe bastante material, mais teórico, mais está ali. A mulher rica vai à delegacia de mulheres com o seu automóvel, com o seu motorista, mas ela vai lá e vai dar queixa. E vai dar queixa pela primeira vez, muitas vezes estando há anos submetida a situação que ela achava sem saída porque não teria coragem de contar que era espancada pelo marido e que de alguma maneira sofre violência dentro de casa.

Então, na medida em que você pega um instrumento que é para todo mundo, entra todo mundo. Entra a mulher que é maltratada, pobre e entra a mulher que é maltratada rica, porque ela antes não tinha coragem de ir a uma delegacia normal. Então se você criar os instrumentos o problema aparece e isso eu acho que não depende da classe social.

A SRA. ENTREVISTADORA - Sim, mas, por exemplo, em algumas situações, a escolha da profissão, as tarefas domésticas, a responsabilidade da mulher em relação à prole etc., ainda que simbolicamente pertençam à mulher nesse último caso, e no primeiro caso a escolha de profissão digamos que a mulher de classe mais abastada poderia ter mais acesso a uma escolha efetiva aí dentro de condicionamentos etc., mas a mulher de classe baixa não o teria, você não acha que nesse aspecto a referência de mulher seria diferente? Quer dizer, ser mulher numa classe social baixa é desempenhar tais tarefas em relação ao companheiro, à casa e à profissão e ser mulher na classe alta já é diferente. Eu não quero dizer com isso que essa diferença em termos

constitucionais essa diferença apareça ...

A SRA. FLORIZA VERUCCI - Não, em termos constitucionais eu acho que não tem realmente nada a ver porque na medida em que você coloca, por exemplo, quando eu falo em democratização da família em termos constitucionais eu lhe dou um exemplo: a questão do conceito da família. Esse já é um problema diretamente dentro do texto constituição

Nós temos na nossa Constituição vigente e nas passadas a idéia de que a família está vinculada ao casamento . A família, baseada no casamento, tem direito à proteção dos poderes públicos. Ora, a realidade brasileira histórica desde os tempos da Colônia, as provas estão aí de que a base da família não é o casamento e sim o concubinato. Embora a palavra seja feia, ninguém goste, ou é o que se chama isso, a união estável, ou é o companheirismo. Vamos chamar de várias maneiras, mas na verdade a união do homem e da mulher procriando filhos sem o papel do casamento, quer dizer, sem a fórmula legal.

Então, que impotência tem isso no texto constitucional? Tem, porque na medida em que você limita o conceito de família ao casamento legal você impede que o Código Civil venha fazer algumas modificações essenciais na legislação para poder trazer a essa mulher direitos que ela tem pela própria natureza, os chamados naturais até e que ela tem pelo casamento e não tem pelo concubinato. Hoje é uma falácia essa afirmação de que as mulheres depois de cinco anos tem o mesmo direito. Escuta-se isso hoje todo dia mas não é verdade, não tem nada a ver. Dessa forma até a mulher é ludibriada porque ela pensa que tem os direitos e ela não tem.

Portanto, damos o conceito de família na Constituição e mudamos como? A família baseada na igualdade entre o casal, constituída pelo casamento ou por uma união estável - tem direito à proteção do Estado. É uma frase curta, mas uma

frase curta com conseqüências muito sérias. É uma revolução no conceito social brasileiro. Este é um princípio da ordem social.

E atrelado a este vem um outro que é a obrigação do Estado coibir as violências nas relações domésticas e essa violência tem vários níveis. Ela não é só violência do homem contra a mulher, mas é a violência do homem contra a mulher contra as crianças da mulher, dos adultos, dos jovens contra os idosos. Então dentro da esfera doméstica às vezes acontecem dramas muito sérios? Quem pensaria em colocar isso dentro de uma Constituição? Para quê? Vamos colocar isso no Código Penal! Muito bem, mas acontece que a Constituição está aí e ela é a nossa grande oportunidade de reforçar questões sociais candentes no Brasil hoje, que é a questão da violência sim junto com este conceito de família que vem com a igualdade e com a conceituação também da mulher estável.

Então isso é constitucional. Agora, como isso se realiza na prática, no cotidiano através não só das outras legislações, as ordinárias que são necessárias, mas como nessas proposições que você está fazendo que são de ordem sociológica, tudo bem, vai ter influência. De alguma maneira será uma norma com força cogente para se estabelecer os instrumentos nos outros níveis para a gente poder tentar um equilíbrio. Uma outra conseqüência disso aí é a questão dos filhos. Nós democratizamos o homem e a mulher e não democratizamos os filhos? Brasileirinhos nascem de muitas formas: nascem do casamento legal, nascem do concubinato, nascem de uma relação não estável e nascem de um incesto. O filho incestuoso hoje no Brasil não pode sequer ser reconhecido. Então na hora em que você põe uma norma constitucional dizendo que os filhos não serão discriminados, ninguém será discriminado por sua origem nós vamos ter que depois mexer nas outras legislações necessariamente porque esse

filho incestuoso existe na Constituição, como o adulterino também, que só pode ser reconhecido através de testamento cerrado, quer dizer, ainda se protege a família legal. Mas se nós falamos lá que a família agora é uma família que, enquanto família natural é protegida, não precisamos mais fazer tantas normas de proteção da família legal. O que não quer dizer também que a família legal vai deixar de existir, que seja um incentivo a que ela não exista. Acredito que o casamento vai existir sempre, porque ele é, além de tudo, uma sociedade e vai continuar a ser, foi criado como tal e vai continuar a ser provavelmente até o fim dos tempos. Mas ao lado disso têm as fórmulas todas que sempre existiram no mundo inteiro. Desde o Direito romano se tinha três formas de casamento. Em outros países, a própria França reconhece na famosa carta de concubinato, vários países reconhecem e então o Brasil também está indo numa certa trilha do Direito moderno.

Então essas coisas são mais ligadas à questão da família.

A SRA. ENTREVISTADORA - Dentro do Comitê em que você se encontra, você tem encontrado propostas contrárias, tem encontrado reações a essa sua proposição?

A SRA. FLORIZA VERUCCI - Não, muito pouca coisa. Às vezes diferença de proposta de redação. Só no final a nível de Plenário houve uma emenda que surgiu para que se continuasse assegurando a família dentro do conceito do casamento. Mas as coisas já estavam debatidas, já havia maturação e então naturalmente essas emendas não foram acolhidas e permaneceu essa abertura.

Agora, na linha da educação eu queria falar um pouquinho porque quando eu falei em educação democrática eu não

estava sequer pensando no contexto amplo, que eu penso também, evidentemente, mas estava pensando - e é o que quero colocar aqui como mensagem - é a questão do ensino não criar as diferenciações, os chamados estereótipos da educação que existem de ' uma forma profunda ainda no Brasil, como se educa uma menina, como se educa um menino não só na esfera doméstica, como na esfera da escola, do material didático, do material paradidático, do comportamento, da formação dos professores, das professoras - 8% das professoras são mulheres - então isso também tem uma importância muito grande e é uma pequena frasezinha. "A educaç~ao ' dará ênfase à igualdade entre homens e mulheres."

É uma coisa pequena que poderá depois também ser norma cogente para que se alterem dentro das diretrizes do ensino, dentro da formação do pessoal que lida com as crianças e na revisão de material didático, que é uma exigência das mulheres - inclusive o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher este ano, pela primeira vez, conseguiu fazer com que no dia 8 de março fosse comemorado nas escolas o Dia da Mulher. Isso foi uma imensa vitória para nós. Ainda foi comemorado timidamente mas será uma data nacional, pelo menos até a gente não ter ainda alcançado o nosso equilíbrio, a nossa igualdade, porque eu acredito que todas essas formas de reforço terão que acabar no momento em que a gente for igual. Elas tem como meta a igualdade. Se a gente chegar lá não vai ter mais Conselho, n~ao vai ter mais nada, mas a Constituição permanece com todas essas normas que são fundamentais para n~os.

A SRA. ENTREVISTADORA - Eu queria agradecer muito a você, inclusive a nossa fita também está terminando. Isso nós vamos fazer de teste. Inclusive naquela hora eu queria ver se eu tinha me feito entender e depois eu cometi o erro bãsico de dar a opinião.

388

0600388

ENTREVISTAS: FLORIZA VERUCCI

1.07.86

Fita nº(4) 388

Acado A

A SRA. FLORIZA VERUCCI - E voc<sup>ê</sup> entrou pa  
ra o lado sociol<sup>ó</sup>gico.

A SRA. <sup>?</sup>~~FLORIZA VERUCCI~~ - Naquela hora eu  
ia perguntar sobre a mulher negra. Então só tinha sentido en  
trando naquele momento.

388

0600388

ENTREVISTAS: BOLIVAR LAMOUNIER

2.07.86

Fita nº 4) 388

lado B

A SRA. ENTREVISTADORA - Itaipava, 2 de julho de 1986. O nosso entrevistado de hoje é o professor Bolívar Lamounier, membro da Comissão de Estudos Constitucionais .

Professor Bolívar Lamounier, gostaria que o senhor nos desse alguns dados a respeito da sua vida, da sua formação profissional, algumas informações que nos esclarecessem a respeito de sua trajetória na área política e na área acadêmica até o momento em que o senhor veio a ser escolhido um dos membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

O SR. BOLÍVAR LAMOUNIER - Eu acho que é uma história bastante simples e sucinta.

Vou começar com o dado mais simples: eu tenho atualmente 43 anos, formei-me em sociologia política em 1964 pela Universidade de Minas Gerais e exercia também, até certo ponto mas não muito intensamente, a atividade jornalística. Escrevia para jornais pequenos de Belo Horizonte como atividade profissional.

Em janeiro de 1965 eu fui para os Estados Unidos para fazer programas de pós-graduação e fiquei um ano e meio lá na primeira vez fazendo cursos e tentei voltar para o Brasil por um certo desejo de me integrar à vida universitária. Não tive muita vontade de prosseguir todo o curso de pós-graduação nos Estados Unidos. Mas aí o ambiente político ainda era extremamente negativo, eu sofri constrangimentos e arbitrariedades e então acabei achando conveniente voltar para os Estados Unidos e completar o curso.

Foi o que fiz no final de 1966 e fiquei nos Estados Unidos até o primeiro semestre de 1968. E lá eu concluí

conseqüentemente, o doutoramento em Ciência Política na Universidade da Califórnia.

Este foi um período extremamente importante da minha vida porque realmente equivaleu a uma definição profissional. Eu realmente tomei gosto pelo programa acadêmico de ciência política e quando eu voltei eu fui trabalhar com o professor Cândido Mendes no IUPERJ, que naquela época era uma coisa bem pequena. É bom frisar que não era essa potência que é hoje. A minha atividade ali consistiu basicamente em dar início aos programas de pós-graduação.

Naquela época no Brasil só existia um curso de pós-graduação em Ciência Política, que era o da Universidade de Minas Gerais. Eu então dei início a esses programas no IUPERJ, onde fiquei durante dois anos como diretor executivo e coordenador do programa de pós-graduação.

Era um ambiente muito difícil na época, muito frustrante, os recursos muito escassos e o ambiente político extremamente constrangedor no Brasil da época, então, por uma série de razões, teria que ciscar muito, eu decidi ir para São Paulo e participei da formação do CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, que foi formado justamente por professores aposentados pelo Ato Institucional nº 5.

Aliás, existe nisso um aspecto muito pitoresco, e que embora eu não fosse professor universitário, e muito menos professor de universidades públicas, fui também aposentado de uma universidade pública. No dia 25 de abril de 69, que aliás era o dia do meu aniversário, saiu pelo jornal que eu tinha sido aposentado da minha função pública.

Isso criou mais dificuldades ainda e eu decidi

realmente ir para São Paulo, inclusive com a idéia de trabalhar na empresa privada, dedicar a minha vida particular a um emprego paulista para simples sobrevivência. Mas indo para São Paulo eu acabei me rendendo à minha própria vocação, ao meu próprio interesse pela Ciência Política e participei da fundação do CEBRAP e lá fiquei por 10 anos, com muito orgulho e com muito gosto porque o CEBRAP teve um papel importante naquela época em impedir a petrificação do debate na área de ciências sociais. Acho que o grande papel do CEBRAP foi o de resistência e de manter uma polêmica a respeito da situação brasileira.

Eu fiquei ali durante 10 anos, como disse, participei da direção do CEBRAP e acabei me afastando de lá, em 1980, por uma razão muito simples, mantendo todas as relações de amizade e de estima pelas pessoas, mas o CEBRAP era uma organização que se dedicava mais à pesquisa econômica, à pesquisa demográfica e realmente o espaço, a palavra hoje mais usada, para o estudo dos temas institucionais - que são os que mais me interessam e que sempre me interessaram - eram bastante restritos.

Então, no final de 1980, eu fundei com outros colegas o IDESP - Instituto de Estudos Econômicos e Políticos de São Paulo, que se dedica com muito mais ênfase na área de política. A pesquisa institucional, a pesquisa de comportamento político, estrutura social e tudo isso. Onde estou desde o início de 81.

Sou também professor da PUC. Em 1973 a PUC de São Paulo já me havia contratado como professor na pós-graduação como um gesto generoso e corajoso da PUC, porque naquela época havia uma pressão contra a contratação de professores aposentados. A PUC então no seu programa de pós-graduação contratou a mim, o professor Fernandes, Otaviano e outros. Então eu

também sou professor da PUC de São Paulo desde aquela época e recentemente fui convidado a participar da USP, onde sou também professor de Ciência Política.

Como você está vendo, é um excesso de atividades - espero que ninguém chame isso de cabide - mas é uma diversificação excessiva e que tenho que pensar nisso mais adiante. Mas neste momento a minha atividade é esta: são duas universidades, dirijo o IDESP e uma pequena participação na imprensa através da revista "Afimial" na qualidade de colaborador. Não tenho uma página de revista semanal.

O quadro é este, é modesto e sucinto.

A SRA. ENTREVISTADORA - Não é nada modesto, mas então foi na sua condição de analista da realidade brasileira, de cientista que você veio a ser convidado para participar da Comissão.

O SR. BOLÍVAR LAMOUNIER - Eu suponho, por - que nunca conversei sobre este assunto com ninguém. Eu simplesmente vi em determinado momento que na lista de possíveis pessoas colocadas para a Comissão o meu nome figurava na escolha atribuída à escolha original do Dr. Tancredo Neves e, ao ser convidado, aceitei porque achei que era uma missão.

A SRA. ENTREVISTADORA - E voltando àquela pergunta inicial, quais seriam as suas proposições, quais seriam as proposições mais importantes as quais o senhor estaria ligado, pelas quais o senhor estaria se batendo dentro da Comissão?

O SR. BOLÍVAR LAMOUNIER - Eu gostaria de começar num plano mais abrangente. Eu acho, olhando o Brasil de hoje, eu vejo dois eixos principais: o eixo sócio-econômico.

que consiste em reduzir as desigualdades, em erradicar a miséria absoluta. Há uma clisagem, há um fosso terrível no País em termos sociais e esta é uma preocupação muito de todos na Comissão, que se refelte em todos os capítulos da Constituição

Então tudo o que me parecer realista, tudo o que me parecer responsável, sério, equilibrado nesta direção de promover uma melhor distribuição de renda, uma sociedade mais justa e participativa, mais igualitária eu dou apoio a todas essas iniciativas.

Existe um outro eixo, o político-institucional, onde a coisa é mais complexa porque aí não é tão simples nós encontrarmos qual é a divisão e aí a subjetividade de cada um pode levar a este diagnóstico e àquele outro diagnóstico. Eu tenho para mim que nós temos que chegar a uma democracia representativa estável. E como concebemos isso, qual é o nosso diagnóstico? Aí é que surge o grande problema.

Eu entendo que no Brasil, desde os anos 30, nós temos oscilado entre dois polos. Nós temos dois modelos políticos em alternância, ou pelo menos em potencial conflito: de um lado aquilo que eu chamaria a presidência cesarista, quer dizer, o superpresidente se relacionando diretamente com uma massa desorganizada e utilizando no seu interesse como isto lhe convém, o corporativismo que medra, que viceja na sociedade em virtude da sua organização burocrática. Este é um modelo político.

O outro, que provém do elemento liberal na formação brasileira, no elemento que vem do Império, é o modelo que tem como gravitação o Congresso Nacional, os partidos políticos etc. Eu realmente entendo que ou nós fortalecemos agora o elemento liberal, o elemento democrático represen-

tativo, o Congresso Nacional e os partidos, ou caminhamos irremediavelmente para uma situação endêmica de instabilidade política, porque estamos num País de 150 milhões de habitantes, com uma economia portentosa, massas imensas, então essa alternância é cada vez mais perigosa. Nós temos que restaurar uma gravitação mais forte no sentido das instituições representativas.

As minhas contribuições são basicamente nesse sentido. São de caráter institucional, encontrar uma forma parlamentarista que seja equilibrada, que seja estável, encontrar formas de fortalecer os partidos políticos, que acho que não se fortalecerão pelo caminho espontâneo, pelo caminho natural, eles precisam de medidas que induzam a isso, medidas relacionadas ao sistema eleitoral, com a própria composição da representação, e este é um dos meus interesses principais. E este é também, digamos assim, um dos dilemas, uma das dificuldades que eu encontro na Comissão porque eu acho que há um outro diagnóstico também respeitável e legítimo daqueles que acham que é preciso instaurar um certo participacionismo. Eu digo isso sem qualquer conotação pejorativa. E acho que isso é necessário. Só que tem que ser uma coisa dosada, porque certos instrumentos de participação direta justamente podem enfraquecer os partidos políticos e as instituições representativas que nós queremos fortalecer.

Portanto, aqui há um problema muito delicado de sintonia fina. Eu acho que a questão básica realmente é o fortalecimento das instituições congressuais e partidárias, porque sem isso eu tenho a sensação de que a democracia se torna letra morta, ela não pode resistir ao açoitado da tensão social e dessa coisa difusa, dessa movimentação um pouco difusa que acontece na sociedade brasileira ao sabor de conjunturas totalmente imprevisíveis no plano econômico, no plano social.

Então as minhas propostas básicas são estas , são a respeito dos partidos políticos, onde eu procuro tornar a legislação mais rigorosa no sentido de ter partidos fortes e disciplinados, e uma mudança profunda no sistema eleitoral para adotar uma coisa semelhante, análoga ao que existe na Alemanha, que realmente combina o que há de melhor no sistema proporcional e no sistema majoritário distrital; é equilibrar melhor a composição dos Estados na Câmara para que ela não sofra essa erosão de legitimidade que ela tem sofrido e todo o capítulo institucional que procura instituir no País um semipresidencialismo ou um semiparlamentarismo, independente como se olhe, mas que crie a dupla magistratura presidente, chefe de Estado e Primeiro Ministro, portanto, os mecanismos básicos de um sistema parlamentarista.

Mas eu entendo que este sistema exige a garantia da estabilidade política e essa estabilidade política só virá através do fortalecimento da instituição legislativa, do Congresso Nacional e dos partidos políticos.

Agora, a partir desta construção, que é o cerne, a meu ver, do raciocínio, nós temos círculos concêntricos que vão em todas as direções, como fortalecer a Federação, liberar os sindicatos da teia corporativista, modificar a ordem econômica para que ela realmente tenha como princípio orientador a realização do desenvolvimento e da distribuição de renda, por exemplo, a matéria extremamente importante a respeito da propriedade fundiária que é mais contundente no sentido de autorizar, de tornar um dever do poder público a realização de uma reforma agrária.

Tudo isso são coisas importantíssimas que ocorrem em círculos concêntricos. Mas eu, pelo meu viés de cientis-

ta político, eu realmente acho que a política vem primeiro. Todas as medidas generosas que possamos imaginar de ordenação social fazem sentido se nós tivermos um sistema político ordenado e estável, porque sem a estabilidade da política não há estabilidade de coisa alguma e aí qualquer mudança social poderá não surtir efeito ou poderá surtir efeito desestabilizador.

Em resumo, é mais ou menos isto.

A SRA. ENTREVISTADORA - E como o senhor vê a passagem pela Comissão das suas propostas, dessa sua posição?

O SR. BOLÍVAR LAMOUNIER - Algumas coisas eu acho difíceis, quer dizer, eu tenho encontrado muita receptividade no diagnóstico geral por parte das pessoas.

Por exemplo, propor-se no Brasil uma mudança global do sistema eleitoral eu acho que cria uma certa perplexidade porque não há uma geração brasileira que tenha a memória de outro sistema. E o próprio conhecimento a respeito deste assunto na sociedade brasileira não é muito difundido. Nunca houve muito debate no Brasil a respeito de uma matéria como esta. Muita gente acha que é uma matéria totalmente técnica, o que é um engano.

Basta você lembrar que não existe na memória da minha geração pelo menos qualquer grande modificação de caráter eleitoral, a não ser recentemente a admissão dos analfabetos ao direito de voto. Até mesmo o voto das mulheres foi concedido em 34, muito antes da Bélgica que foi em 48 e parte da Suíça que até hoje não tem. Então estas questões nunca foram debatidas no Brasil. Eu tenho a sensação de que a maioria das pessoas considera que o sistema eleitoral que nós praticamos, e

que a meu ver é caótico, é totalmente caótico, a maioria das pessoas parece considerar que isso faz parte da natureza, que é o único possível e ele jamais será removido. E eu acho que é o único instrumento de que não dispomos, essa mudança, para recuperarmos a atividade política, recuperarmos a dignidade da atividade política através de partidos mais densos, mais coesos, mais sérios, através de um disciplinamento do poder econômico que não pode ser disciplinado dentro do atual sistema, acho impossível, e de se recuperar a própria autoridade do poder legislativo.

Eu acho a matéria da maior importância, mas realmente acho que há dificuldades. Na subcomissão eu devo dizer, frisar e devo realmente sublinhar que houve uma enorme receptividade. A Comissão foi generosa e paciente, ouviu-me e acolheu as minhas propostas. Todas elas. Agora eu estou na expectativa de que acontece no Plenário justamente nos próximos dias. E o Plenário, caso aprove essas propostas, eu acho que aí teremos a batalha da opinião pública, porque entre a Comissão e a Constituinte existe a batalha da opinião pública. É preciso que a imprensa se interesse por essas matérias, que deixe de considerá-las uma coisa marcana, uma coisa técnica, escura, incompreensível e que realmente exponha para a população as implicações de se fazer assim ou de se fazer de outro modo.

Esta é a minha expectativa de trabalho para os próximos meses.

A SRA. ENTREVISTADORA - O senhor acha que essas entidades de base, essas associações de moradores, pequenas associações, elas de alguma maneira esvaziam os partidos políticos?

O SR. BOLÍVAR LAMOUNIER - Eu tenho ouvido mui

to essa afirmação de que elas esvaziam os partidos políticos. Eu prefiro enfocar esta questão por um outro caminho. Eu acho que esta explosão de participação que está acontecendo no Brasilé simplesmente o País se atualizando em relação a si mesmo. Não é que haja muita participação, é que havia muito pouca. O País só recentemente se urbanizou maciçamente. Nós tivemos longos períodos repressivos. É uma população muito pobre. Então o nível normal de participação na vida pública, ou seja, na vida política brasileira até recentemente era muito inferior ao que nós encontramos, eu não vou dizer nos signos antigos, na América Central, na Costa Rica, um país qualquer modesto.

Então o que está havendo no meu entender é um aumento de participação que é puramente normal. É a vida associativa de uma sociedade moderna, urbana etc. que já tem uma classe média importante que tem problemas urbanos muito graves e que já adquiriu um certo know how de participação.

E isto está ocorrendo no momento em que os partidos estão extraordinariamente debilitados porque nenhum partido político, nenhum sistema partidário pode sobreviver a 20 anos de depressão e há um Congresso Nacional totalmente destituído de prerrogativas. Nessas condições é lógico que a atividade política se desmoraliza, entra em descrédito e em consequência disso a instituição partidária. É lógico que isso acontece. Em vez de vocações políticas, de representação de interesses políticos de certa invergadura no Poder Legislativo, nós começamos a ter um certo profissionalismo político no mal sentido, quer dizer, a profissão se tornando um certo emprego. Então é claro que nessas condições os partidos se debilitam.

Mas eu tenho confiança de que adotada uma Constituição democrática, uma Constituição atenta a esta necessidade de revigorar essas instituições, esse revigoramento se dará e en

tão aí nós vamos ver a adequada divisão de trabalho entre as formas de participação associativas que você mencionou, que são religiosas, profissionais, sindicais etc. e o partido político que eu considero insubstituível, porque o partido político que formaliza e que dá autoridade à representação. Ele existe justamente neste elo do processo político e ele que torna públicas as questões que parecem de maneira meio obscura, meio secreta e totalmente setorial quando os partidos não existem.

A SRA. ENTREVISTADORA - Perfeito. Há alguma outra coisa que o senhor gostaria de colocar ?

O SR. BOLÍVAR LAMOUNIER - Para concluir eu gostaria de dizer apenas como fiquei positivamente surpreendido com esta Comissão. Tal como outros membros que eu sei que no início acharam que talvez fosse uma comissão aristocrática, dizia-se elitista, dizia-se pejorativamente de "Notáveis", a opinião pública e uma certa suspeita, ou quase que eu diria uma certa ojeriza no início, o que eu encontro aqui - e eu vim com esta preocupação - foi o contrário, um relacionamento extraordinariamente aberto e respeitoso entre as pessoas, é uma flexibilidade muito grande para se compreender as intenções um do outro, e acredito que no conjunto nós podemos discutir esse ou aquele dispositivo se for bem concebido, mas no conjunto eu geralmente tenho a convicção de que estamos fazendo um trabalho de muito boa qualidade porque muito sensível a esses dois eixos do problema brasileiro: o eixo social e o eixo da estabilidade institucional.

Portanto, eu realmente me considero muito satisfeito com este trabalho e tem sido uma experiência extraordinária de aprendizagem.

A SRA. ENTREVISTADORA - Muito bem. Muito obrigado pela sua participação.

O SR. BOLÍVAR LAMOUNIER - Sou eu quem agradeço.

\* \* \* \*

2 docs  
03/07/1986  
26 fls.

MC 2  
cpmc/ep

Entrevistas com membros da CEC: Cláudio  
Pacheco Rosa Russomano  
Data: 03/07/1986

Código antigo:  
0600389

} cita cassete: 389 (Cm 6. P. 2)  
cita de vídeo: 18 (Cm 6. P. 1)

389

0600389

ENTREVISTAS : CLAUDIO PACHECO

3.07.86

389 lado 01.  
Fita nº (7)

A SRA. ENTREVISTADORA - Itaipava, 3 de julho de 1986. Reunião da Comissão de Estudos Constitucionais

O nosso entrevistado do momento é o Dr. Cláudio Pacheco.

Dr. Cláudio, nós gostaríamos que o senhor nos desse uns dados a respeito da sua formação profissional, como o senhor desenvolveu ao longo da sua vida a formação profissional que o trouxe a ser um membro da Comissão de Estudos Constitucionais neste momento?

O SR. CLAUDIO PACHECO - Posso começar dizendo que nasci na parte do polígono de secas do Piauí, naquilo que então era talvez uma pequena vila, uma comunidade de uns dois mil habitantes e filho de um homem modesto, que não era proprietário e nem fazendeiro, era apenas um farmacêutico prático. De modo que tudo o que tive fazer na vida foi pelo meu esforço próprio.

Lá, naturalmente, fiz o curso primário em Teresina, fiz o curso que se chamava então curso secundário e depois vim para o Rio de Janeiro, em 1926, para duas atividades paralelas: para o curso de Direito na então Faculdade Nacional de Direito e para uma carreira de jornalismo, que começou na revisão e terminou até na posição de diretor de jornal quando voltei para o Piauí. Foi o jornal que eu fundei e que chegou a ser de minha propriedade um tempo, um jornal lá de

Terezina. E segui intensamente a carreira como advogado. Durante 15 anos trabalhei intensamente como advogado.

Depois, por ter sofrido de uma doença tipicamente profissional, uma úlcera duodenal, eu encerreí a minha atividade como advogado e então passei, pela primeira vez fui ser assalariado. Fui nomeado como advogado do Banco do Brasil e fiz um concurso e conquistei uma cátedra na Faculdade de Direito do Piauí. Lá então vivi muitos anos, na cátedra comecei a escrever. A minha cátedra era de Direito Constitucional e no princípio eu escrevia as minhas aulas. Depois transformei isso num tratado que, em 1964, editei com 14 volumes. "Tratado das Constituições Brasileiras" que segue a concepção de que nós temos uma continuidade de Constituições, porque a nossa Constituição é plural, é múltipla. Nós somos o país no mundo que talvez mais teve Constituições.

Mas as grandes instituições básicas se mantêm permanentes dentro desta mutabilidade de textos. E este, portanto, é o resumo da minha atividade.

A SRA. ENTREVISTADORA - Como o senhor chegou à Comissão, quer dizer, como o senhor foi convidado?

O SR. CLAUDIO PACHECO - Eu não fui convidado, e nem sei como cheguei. Sempre aparece gente dizendo que foi quem me indicou. Eu agradeço, não contesto e eu fui surpreendido com a minha nomeação. Eu não esperava ser nomeado.

E bem verdade que eu tinha relações pessoais anteriores com o

Presidente José Sarney, mas ele tinha uma lista enorme de pedidos e de pressões por nomeações. Eu acho que ele, me conhecendo como conhecia, até em algumas ocasiões eu dei pareceres em assunto do interesse dele, ele próprio achou que eu estava em condições de ser por essa minha longa atividade como catedrático de Direito Constitucional, primeiro na Universidade do Piauí e depois na Faculdade de Direito da Rua Moncosó Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aquela mesma de onde eu saí formado em Direito, com muito poucos conhecimentos porque o estudo então era muito deficiente. Saí formado em 1931 e voltei como catedrático convidado em 1961. Fui convidado pelo professor Pedro Calmon para lecionar com ele nas cátedras reunidas de Teoria Geral do Estado, de Direito Constitucional. Depois a nós veio se juntar procedente de uma brilhante carreira política o professor Afonso Arinos de Melo Franco. E nós três estivemos durante sete anos regendo esta cadeira.

Mas neste tempo eu já era Diretor do Banco do Brasil. Fui convidado para este cargo pelo Presidente Jânio Quadros. Fui convidado para a Carteira de Colonização, fazia uma espécie de reforma agrária, uma reforma agrária na base de dar empréstimos fundiários, de propiciar a ascensão à condição de proprietários aos homens sem terra, que recebiam empréstimos fundiários para pagar a longo tempo. Nesta Carteira eu estive durante vários anos, até que chegando à Presidência da República o Marechal Castelo Branco me convidou para

servir como Diretor da Carteira de Crédito Geral. Assim, pasei nove anos nesta posição de Diretor do Banco do Brasil. E isto me deu muita experiência e muito conhecimento.

Quando saí da diretoria eu era advogado de ' carreira do Banco. Então eu concebi logo a idéia de voltar para o serviço jurídico do Banco. Nestor Yost que então era Presidente do banco, Osvaldo Gilberto Colim, que era diretor de administração preocuparam-se com a minha serventia. Eu me recusei a me transferir da diretoria do banco para diretor de empresas privadas como fazem tantas pessoas de destaque na administração pública no Brasil. Eu não me considerava um homem de empresa, eu me considerava um intelectual, um profes - sor.

Então, eles se preocuparam que eu voltasse para ser um simples subalterno no serviço jurídico e tiveram a idéia de me convidar para prosseguir um trabalho que Afonso ' Arinos iniciara e que deixara em princípio, quando, talvez por volta de 1944 ou 1945 tendo o Manifesto dos Mineiros, foi demitido do quadro de advogados do banco. Então esse trabalho de escrever a história do banco foi interrompido de início. O Presidente e o Diretor Administrativo do banco então tiveram' a idéia de me convidar para continuar neste trabalho. E eu acabei aceitando.

Passei nove anos num serviço intenso de pesquisa e de redação da História do Banco do Brasil. Concluí es-

se trabalho ainda na década passada com a envergadura de cinco volumes. Era o que eu chamava uma história erudita. Não era livro de leitura, era um livro de consulta.

A SRA. ENTREVISTADORA - E isso o senhor acha que ajudou ao seu trabalho na Comissão? E o que o senhor defendeu dentro da Comissão?

O SR. CLAUDIO PACHECO - Na Comissão eu venho defendendo - comecei isolado e agora já estou sentindo que este isolamento está de algum modo se desfazendo - sustentando o ponto de vista de que a Constituição devia ser estruturada sintética e não uma Constituição de expansão verbal, como aconteceram com as últimas Constituições que se fizeram na Europa, principalmente a espanhola e a portuguesa.

Não uma Constituição retórica, uma Constituição que trate das grandes instituições, uma Constituição, como se diria, enxuta. E a Comissão está até agora com uma tendência da expansão. Eu estou combatendo veementemente este ponto de vista dentro da Comissão. Do jeito em que vamos a Constituição será muito longa, o projeto que estamos fazendo de Constituição, porque é preciso não esquecer que nós estamos apenas fazendo um projeto. O feixe de sugestões que nós não temos nenhuma capacidade de decisão, pois essa capacidade caberá exclusivamente à Assembléia Constituinte congressional que vai ser eleita. Nós vamos dar apenas um subsídio, uma colabo

ração. E eu desejaria que esta colaboração fosse um exemplo de Constituição sintética e estrutural. E para isto eu estou lutando dentro da Comissão.

A SRA. ENTREVISTADORA - Dr. Cláudio, o senhor sabe que essa tendência de se fazer uma Constituição mais ampla seria para proteger, para não deixar lacunas, uma vez que as Constituições anteriores referendam, de alguma maneira, a desigualdade entre os brasileiros.

O senhor acha que uma Constituição mais enxuta conseguiria compactamente proteger o direito de todos os brasileiros de maneira igual ou ela deixaria margem a que a lei ordinária não contemplasse todos os princípios necessários a isso?

O SR. CLAUDIO PACHECO - Quem é que vai fazer a Constituição? O Congresso Nacional, convocado com a delegação especial de poder constituinte. Ele vai fazer a Constituição. Por que não merece confiança para fazer uma legislação ordinária avançada, lúcida e completa?

Uma Constituição extensiva, que eu chamo de minudência, retalhista, uma Constituição destas enrijece a vida política e a vida política essencialmente fluida e maleável e imprópria para ser enrijecida. Uma Constituição desta desautoriza e diminui o Congresso Nacional porque a Constituição previamente confisca todas as grandes possibilidades de opções que este Congresso terá.

A SRA. ENTREVISTADORA - Por outro lado, é uma grande garantia.

O SR. CLAUDIO PACHECO - Devemos confiar no Congresso Nacional. Atualmente há muitas queixas e críticas contra o Congresso Nacional porque ele teria chegado a um estado de paralisia funcional por falta de quorum. Mas a solução não é cancelar as competências do Supremo Tribunal por este motivo, aliás, do Congresso Nacional, porque se não tivéssemos um Congresso vivo, eficiente, não teremos democracia.

Nós temos tido o triste destino de mortalidade infantil das nossas tentativas de fazer democracia. Quase todos os nossos esforços para implantar um regime democrático foram como criaturas que morrem na infância. Não tivemos ainda nada duradouro ou amadurecido nisto. No tempo do Império havia uma certa influência do Imperador para tolerância e liberdade, mas primeiro não havia liberdade eleitoral. O eleitorado era submisso ao governo e, segundo, havia a mancha negra da escravidão. Não era aquilo democracia.

Rivemos depois a Primeira República e a sua democracia foi apenas de faixada, porque a verdade é que na estrutura do poder prevalecia absorvente, dominador e autoritário, o poder presidencial.

A SRA. ENTREVISTADORA - E o senhor acha que  
agora nós teremos os elementos necessários nesta Constituinte

para uma efetiva democracia?

O SR. CLAUDIO PACHECO - Eu vou concluir.

Depois nós tivemos longos anos de oscilação pendular da ambição de poder pessoal do Sr. Getúlio Vargas. Tivemos dois pequenos intervalos - e aí é que eu digo, houve morte infantil no governo Dutra e no governo Juscelino. Depois veio o regime militar.

Agora não estamos nem com um ano de esforço de restauração democrática que ainda está muito débil, muito superficial e que está apenas borbulhando na superfície, porque por baixo disso está aí uma legislação autoritária e, sobretudo, no setor econômico-financeiro. Ainda há muito por fazer para dizer que estamos num regime democrático.

A SRA. ENTREVISTADORA - O que, por exemplo?

O SR. CLAUDIO PACHECO - Tornar a legislação mais democrática e isto é uma função que tem que caber ao Congresso Nacional. E ele tem que reviver, sem ele não teremos democracia. E se vamos fazer uma Constituição que confisca previamente todas as prerrogativas do Congresso, já enfeixando no texto rígido da Constituição quase todas as opções institucionais e políticas, não vamos ter democracia.

A SRA. ENTREVISTADORA - Então na sua opini-

ão, quais seriam os três pontos principais que deveriam constar dessa proposta de Constituição que a Comissão está fazendo?

O SR. CLAUDIO PACHECO - Os princípios bási -  
cos e a delegação ao Congresso Nacional da legislação de tudo  
o que antes se presta a uma legislação, porque a legislação é  
plástica, a legislação é muito facilmente reformável, tudo po  
de ser adaptado às necessidades do País. A Constituição deve  
ser rígida, deve ser estável, deve haver uma resistência à re  
forma que não seja imposta pela evolução social e política. E  
é, portanto, muito melhor para o País que deixemos largueza '  
para a instalação legislativa e que exijamos vigorosamente '  
que o Congresso Nacional se restaure na sua antiga capacidade  
de decisão, porque sem ele não teremos democracia.

A SRA. ENTREVISTADORA - Dr. Cláudio, em ter  
mos de princípios básicos, conforme o senhor acabou de citar,  
quais teriam que ser esses princípios básicos que o Estado '  
deveria incluir na sua Constituição no sentido de modificar e  
de instaurar essa democracia que o senhor mesmo está propondo?

O SR. CLAUDIO PACHECO - Sobretudo os direi -  
tos fundamentais, os direitos fundamentais e a elegibilidade,  
o direito de voto, os direitos políticos e certos fundamentos  
de outros direitos que sempre estiveram na nossa Constituição  
O que não é possível é fazer uma Constituição que seja, como  
eu disse ontem, que seja como um código impreciso de direitos  
públicos e privados, não é possível isso.

A SRA. ENTREVISTADORA - Na área da propriedade o senhor colocaria algum princípio, retiraria ou modificaria alguma coisa?

O SR. CLAUDIO PACHECO - Tem o princípio fundamental da propriedade com a sua função social básica, importante. Mas tudo o mais, toda a parte processual, toda a parte de Direito Civil deve ficar, como sempre estiveram, na legislação civil, na legislação processual.

A SRA. ENTREVISTADORA - E qual seria essa função social que o senhor atribuiria à propriedade?

O SR. CLAUDIO PACHECO - A propriedade não pode ser exercida num sentido egoístico do seu proprietário, ele não pode ser um ditador, ele não pode ser um mandão dentro da propriedade. Ele tem que atender a todos os interesses da comunidade no seu exercício de direito de proprietário. Os homens que trabalham com ele, os homens que moram com ele na propriedade porque o trabalho rural é também de moradia, é também de cultivo. Esses homens devem ter uma participação, uma participação completa. Não somente a terra para lavrar, não somente o apoio, a assistência, devem ter uma participação nos proventos da propriedade.

E isto já existe em grande parte no Brasil. Temos proprietários refratários, egoístas, mas temos muitos outros que já estão com uma concepção de tolerância e de solidariedade com os seus trabalhadores.

A SRA. ENTREVISTADORA - E o senhor acha que a questão da reforma agrária serviria exatamente ao que o senhor está dizendo? Como seria a sua posição a respeito?

O SR. CLAUDIO PACHECO - Nós temos muitos tipos de reforma agrária. Eu já não queria falar neste assunto. Eu lutei muito neste assunto, eu lutei por exemplo contra a atual lei de reforma agrária que foi votada no tempo do Governo Castelo Branco, o Estatuto da Terra. Eu demonstrei uma vez, em mais de uma reunião que ele era inexecutável, que ele era acadêmico, que ele era palavroso, que ele estava divorciado da realidade rural do Brasil. E não fui atendido. E a verdade é que até hoje ele não se executou.

E se vamos fazer uma reforma agrária baseada numa lei inexecutável é muito difícil fazer.

A SRA. ENTREVISTADORA - Ela seria inexecutável por questões técnicas, ou por questões políticas?

O SR. CLAUDIO PACHECO - Muito técnicas, fora da realidade. Foi o meu ponto de vista. Eu combati esse trabalho do atual Senador Roberto Campos. Combati, mas não consegui ser ouvido.

Como eu disse, nós temos diversas reformas agrárias. Nós temos a grande reforma agrária da evolução secular silenciosa que vem se fazendo, e quase de modo invisível, desde o tempo das concessões coloniais das cartas de sesmarias. O goven

uma légua de largura por três de comprimento. Este era o bloco dado. Mas daí para cá o direito hereditário, a morte de proprietários, a divisão dessas terras pelos herdeiros, principalmente nos tempos anteriores em que as famílias eram numerosas no Brasil, veio fazendo o desmembramento. Mas é realmente muito lento, é natural, é adaptável à realidade, mas é muito lento. E o que se quer fazer com a reforma agrária é acelerar isto.

Temos a outra reforma agrária que foi aquela em que eu trabalhei, a dos empréstimos fundiários. O governo não vai desapropriar a terra, o governo não vai dar terra, cada um que tenha as condições, que seja realmente lavrador, que não seja proprietário, pede um empréstimo ao banco e compra para pagar a longo prazo, compra a sua propriedade. E o banco, sobretudo se for o Banco do Brasil que é completo neste assunto, ele terá todo um apoio de crédito rural para fazer a reforma agrária.

Também isso não é rápido, tem que contar uma estrutura bancária que esteja próxima do lavrador para fazer isto.

A outra é esta que, de algum modo, está sendo tentada, é o governo desapropriar terras que estejam numa mera reserva de especulação imobiliária, o que é insuportável. Desapropriar, lotear e entregar a essa gente. Mas criar uma estrutura, uma estrutura de transporte, uma estrutura de pro-

dução, uma estrutura de convivência para que possam trabalhar. Esta tem o defeito de ser caríssima.

E tem a outra, que é subversiva, confiscar tu do e dividir!

Mas eu quero dizer que eu não estou mais envolvido nisto, não estou mais envolvido em reforma agrária. De siludi-me muito. Achei que há muita má-fé, há pouca compreensão do problema, porque ele é difícil neste aspecto, que ele vai lidar com uma realidade muito recôndita, com a realidade do interior brasileiro, que é tão diferente de tantos ou tros e para os quis não serve os exemplos de outros países. Nós precisamos criar uma organização peculiar.

A SRA. ENTREVISTADORA - Queremos agradecer o seu depoimento e dizer que foi ótimo.

\* \* \* \* \*

389

0600389

ENTREVISTAS : ROSAH RUSSOMANO

3.07.86

389 lado 02  
Fita nº (07)

A SRA. ENTREVISTADORA - Itaipava, 3 de julho de 1986. Reunião da Comissão de Estudos Constitucionais e a nossa entrevistada desta manhã é a Dra. Rosah Russomano.

Dr. Rosah, em primeiro lugar, estamos muito satisfeitos de tê-la conosco, uma das duas únicas mulheres da Comissão, e nós gostaríamos de saber algumas informações a seu respeito, ou seja, da sua formação profissional, da sua atuação política até a sua inserção como membro da Comissão de Estudos Constitucionais.

A SRA. ROSAH RUSSOMANO - Preliminarmente, a honra e o prazer são meus.

Eu tenho que fazer um estudo retrospectivo da minha vida, segundo a solicitação que efetuada foi. Considerando a minha faixa de idade, logo se depreende que se eu es tou aqui eu atuei um tanto pioneiramente no Rio Grande do Sul numa pequena cidade, em que pese a importância da cidade, li torânea daquele Estado, a cidade de Pelotas.

Sempre foi minha intenção seguir o curso de Direito. Entretanto, havia um problema eis que não havia gi násio àquela época na minha infância. Então, eu estudava num colégio religioso que preparava apenas para o curso complemen tar. Destinar-me-ia, por esta via, ao magistério secundário, como se dizia àquele tempo. Era necessário então que eu pas- sasse para o único ginásio existente onde havia um número in-

fim de meninas, três ou quatro, para um número imenso de rapazes. Logo se infere que aí decorreram uma série de descompasso, eis que os preconceitos alcançavam parte de minha família. Mas basicamente nunca atingiram a figura de meu pai, Vitor Russomano, médico por vocação, político também por vocação, político também por vocação incontornável e que percorreu todos os degraus dos órgãos legislativos, tendo sido Constituinte em 1934, Deputado Federal logo após e morrendo na plenitude dos seus 46 anos numa tribuna política de oposição em campanha eleitoral, precisamente a 20 de setembro de 1937.

Graças à largueza de seus pontos de vista e a firmeza do meu raciocínio e da minha argumentação no sentido de que eu queria minha afirmação no amanhã, ele preparou-me no espaço curto de 10 dias, para prestar o exame de admissão ao ginásio pela Odese, como era então chamado. E entrei magnificamente neste ginásio, não parando mais de estudar porque, como todos nós sabemos, quem estuda tem permanentemente uma grilheta aos pés - uma suave grilheta, diga-se de passagem.

Terminado o curso de ginásio, em boa parte efetuado no Rio de Janeiro, em função da sua carreira política, a carreira de meu pai, no Colégio Aldrige - que por sinal não existe mais, era um colégio particular onde funciona hoje a Fundação Getúlio Vargas na parte do prédio pertence à Fundação Getúlio Vargas. Efetuado então este curso ginasial eu entrei na Faculdade de Direito, terminei o curso com láurea, fui insolitamente nos idos de 1947 oradora da turma e àquele período o discurso do orador continha as partes tradicionais, o exórdio, a tese e a peroração, o que hoje não está mais a suceder. E de ser assim eu defendi o ponto de vista relativo à libertação social da mulher, procurando exatamente prestar uma homenagem à figura do meu pai que no seu curso de medicina realizado no Rio de Janeiro, escrevera um pequeno livro de caráter revolucionário que foi editado em Lisboa e se intitulava "A Escravidão

Então o meu objetivo foi segurar o seu pensamento e dar-lhe continuidade, falando sobre a libertação social da mulher.

A SRA. ENTREVISTADORA - A senhora era a única mulher da turma?

A SRA. ROSAH RUSSOMANO - Havia duas. Aliás, dois é um número constante, porque aqui nesta Comissão h'á também apenas duas mulheres.

Terminado o curso jurídico em 1947, em agosto do ano seguinte eu iniciei a carreira do magistério superior como professora de Direito Constitucional. E esta foi a grande tarefa da minha vida, ser professora de Direito Constitucional. Ulteriormente também o fui de Direito Administrativo. E falo no ontem em relação a Direito Administrativo porque nessa dimensão eu me encontro aposentada. Acho-me em atividade no campo do Direito Constitucional, continuando dando as minhas aulas e mantendo relações muito estreitas com os meus alunos. Isso em Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Lecionei durante um período num curso de pós-graduação a nível de mestrado em Porto Alegre, o que se tornava um pouco penoso pelas idas e vindas, escrevi 12 livros jurídicos lançados por editoras do centro, sendo que três em co-edição, tenho um livro muito do meu coração que tem um caráter liter-didático-científico e infanto-juvenil, os originais foram aprovados pelo Instituto Nacional do Livro e foi lançado pela Editora José Olimpo com o Instituto Nacional do Livro, intitulando-se "Viagem Fantástica pelo Corpo Humano". Como se diz que cultura é aquilo que resta depois que a gente se esqueceu de tudo, eu quis checar os meus conhecimentos no setor do corpo humano, da biologia humana propriamente dita.

A partir daí a minha carreira foi fácil. Em ra me tenham sido colocadas indevida e injustamente pedras no caminho, consegui superar. E em derradeira análise ela foi uma carreira fácil, porque eu me dediquei a escrever, a participar das principais revistas jurídicas do País através de artigos, a tomar parte por igual em congressos nacionais e internacionais com a apresentação de teses aprovadas algumas por aclamação e integrando também inúmeros institutos e academias dentro do Brasil e além fronteiras.

Recebi, em contrapartida, uma série de condecorações, medalhas, o que só sucedeu com aqueles que se dedicam com afinco, com determinação, com firmeza a uma determinada atividade e que buscam sempre o seu ideal na convicção de que como afirmou Petrônio, na antiguidade, em realidade o melhor não é o que se tem, mas sim o que se busca.

Tive, do meu casamento que se desfez por desquite, posteriormente divórcio após 24 anos, dois filhos que compensam tudo o que pode ter havido de negativo na minha vida, na minha existência. Uma, Nailê Russomano de Mendonça Lima, que é professora-adjunto de Direito Constitucional e trabalha, portanto, comigo, tendo efetuado já uma série de realizações positivas, inclusive através de livros publicados. Tenho um filho médico-psiquiatra que é professor numa das maiores universidades em termos mundiais nos Estados Unidos da América do Norte, a Universidade de Johns Hopkins, que se situa em Baltimore e é consultor-geral da Organização Panamericana de Saúde. E, a adoção a existência, possuo três netos. Uma com 22 anos recém-feitos e completou o ano passado seu curso de medicina, estando a fazer a residência no Hospital de Clínicas em Porto Alegre e com muita ambição em termos de conquistas no setor profissional, não no setor econômico, e tenho dois netos pequenos com dupla nacio-

nalidade por enquanto: um de 9 anos e outro de 5 anos.

A SRA. ENTREVISTADORA - Então a senhora está integrando a Comissão como uma jurista de renome e nós gostaríamos de saber que posições a senhora está defendendo, quais são as bandeiras que a senhora está considerando mais importantes a ponto de se envolver e torná-las proposições nas assembleias?

A SRA. ROSAH RUSSOMANO - Eu cheguei até esta Comissão através - eis que a comunicação direta comigo foi feita por ele - do Senador Carlos Alberto Chiarelli, que foi meu aluno na Faculdade de Direito, um dos mais brilhantes alunos que tive durante todos esses largos anos, assim como minha aluna foi sua mulher e como meu aluno continua a ser o seu filho.

Eu cheguei a esta Comissão então por lembrança dele porque, repito, foi ele quem se contactou comigo diretamente, embasando-se, já se vê, no meu currículo que é bastante extenso e denso.

Eu vim a participar desta Comissão sentindo uma compensação muito grande, não só em termos profissionais como em termos afetivos, sentimentais, porque encontrei nessa minha participação exatamente a oportunidade de trabalhar na mesma área sobre a qual nos últimos anos de sua curta vida o meu pai se dedicou. Ele foi Deputado Constituinte eleito, integrou a Assembleia Constituinte de 1934. Ora, eu embora integrando uma Comissão, não tendo a representatividade que ele teve, eu estou a labutar, a debruçar-me sobre problemas que atinentes são à mesma área a qual ele se dedicou com tanta intensidade e com o seu imbatível idealismo..

De sorte que esta gama de razões faz com que eu me tenha entregue aos trabalhos da Comissão por inteiro, de corpo e alma, não havendo faltado a uma só de suas reuniões. Toda exceção tem uma regra: faltei a uma reunião no fim do ano que terminou em função da vinda de meu filho dos Estados Unidos ao Brasil exatamente para visitar-nos.

Os trabalhos têm sido múltiplos e, como sabido é, os comitês temáticos, em número de 10, não poderiam ser abertos a todos os congressistas. Então seguiu-se a linha de que cada um poderia integrar três comitês com direito a voz e voto, podendo participar de todos com direito a voz.

Inscrevi-me, por via de consequência, no Comitê - com direito a voz e voto - da Declaração de Direitos, do Poder Legislativo, da Ordem Social. Mandeï trabalhos para o Comitê da Federação, para o Comitê do Poder Judiciário e para a Educação, porque havia pontos nesses três comitês que me eram muito importantes, por exemplo, lutar pela educação nos estabelecimentos públicos e gratuita em todos os níveis. Havia a minha preocupação de fortalecer o município, donde há este trabalho dirigido ao Comitê da Federação e havia ainda a preocupação, que creio não será acatada, de, mas ao menos a sugestão fica inserida, havia a preocupação de dentro do Poder Judiciário sugerir, lutar e argumentar em favor de uma justiça agrária porque eu pessoalmente não compreendo muito que se possa efetuar uma reforma agrária sem que haja a justiça agrária, assim como para reger as relações de trabalho foi criada, embora dificilmente, lentamente, mas criada foi ao fim e ao cabo a Justiça do Trabalho.

Você me perguntara a propósito das minhas bandeiras. Foram muitas porque eu participei diretamente com

de todos eles. Quer dizer que eu estou penetrando em todos os assuntos. O que eu reconheço ou que para mim eu posso pensar e apontar como conquistas que tive de uma relevância maior ou de uma profundidade mais significativa e de uma extensão mais expressiva foi, digamos, você falou em relação a mulher, a aposentadoria da dona de casa e da mulher camponesa. Perguntada fui so bre se a aposentadoria da dona de casa não provocaria um retrocesso, um apelo para que as mulheres se cingissem aos limites do lar. E ao que o que contestei que a caminhada da mulher, que é tão curta em termos de tempo sob um ângulo geral, histórico, que essa caminhada já se iniciara já se definira e não haveria mais condições de que nós mulheres marchássemos a ré.

Havia, porém, que se levar em linha de conta que aquelas que por várias razões não se puderam ainda libertar dos limites do lar. Então a esses seria justo que se deferisse a aposentadoria.

E o problema da mulher camponesa também era algo muito grave, como continuar a ser, porque a mulher camponesa casada não tem direito à aposentadoria, embora enfrente uma tripla jornada de trabalho, dentro do lar, ao redor da casa, na horta, naquelas plantações que tem e na lavoura, no campo onde ela trabalha e juntamente e tão arduamente quanto o próprio homem.

Agora, de uma maneira insólita a legislação permite que se aposentem as mulheres solteiras, solteironas como elas próprias se designam e as mulheres desquitadas ou di vorciadas. A mulher casada recebe apenas uma ínfima pensão. De ser assim, ou por via de consequência, no texto nós procuramos colocar a aposentadoria da mulher camponesa. Não fazendo remisão a casada, porque se se inserisse no texto a referência à mu

lher casada poderia fazer com que, ou poderia fazer-se com que a posteriori, ulteriormente, quando fosse interpretado aquele preceptivo constitucional se entendesse que às outras não se estava a deferir o mesmo direito.

Outro ponto que a mim me pareceu bastante interessante - e aí eu apresentei esta emenda sem a menor esperança de vê-la acolhida e ela afinal acolhida foi e inserida numa outra emenda do Reverendo Guilhermino Cunha - está como um parágrafo, esta emenda eu criei que tem também uma importância singular e bastante expressiva, porquanto ela reza simplesmente o seguinte: a lei não limitará o número de dissoluções do casamento.

A idéia de formular essa emenda brotou em mim pelo seguinte fato: é óbvio, é sabido de todos que o legislador comum manipula a seu bel prazer os preceptivos constitucionais, haja vista a lei do divórcio, que brotou depois da consagração da dissolução do vínculo matrimonial pelo texto constitucional. E esta lei é tão absurda que limita o número de dissoluções, impede que uma pessoa que se desquite duas vezes venha novamente a casar e estimula aquilo que tantos e tantos pretendem resguardar, ou seja, a união através do casamento e não tão só a união de fato.

Vimos, por via de consequência, com satisfação aprovada esta emenda, sendo que dentre tantas outras que aprovadas foram a que mais nos tocou, razão e coração, sendo uma emenda que contém um assunto pelo qual nós nos temos batido ao largo dos anos foi a emenda, em derradeira análise, aprovada e discutida nesta reunião de Itaipava, em sessão plenária, que está incrustada na Declaração de Direitos que foi apresentada por mim com uma subemenda de Sepúlveda Pertence e que reza nem mais nem menos o seguinte: os direitos e garantias constantes desta Constituição terão aplicação imediata.

tudo programático que brotaram do primeiro pós-guerra como um compromisso entre as forças que se contrastam nos grupos sociais mais avançadas e as conservadoras com que muitas dessas normas que não têm plenitude de eficácia quanto à sua aplicabilidade, simplesmente adquiriram a plenitude desta eficácia, não fiquem ao sabor da legislação ou de um ato do poder público. Quer dizer, estão insculpidas na Constituição atual ora em pauta adquirem de pronto condições de serem aplicados.

São preceitos que não mais permanecerão e tão só cristalizados no texto supremo, preceitos tão importantes quanto, por exemplo, o direito à educação.

A SRA. ENTREVISTADORA - Dra. Rosah, nós gostaríamos de saber agora quais são as suas impressões, a sua avaliação a respeito dos trabalhos desta Comissão de Estudos Constitucionais?

A SRA. ROSAH RUSSOMANO - A impressão é a mais positiva possível focalizada sob todos os ângulos. Tem sido uma satisfação imensa, uma compensação muito doce trabalhar sob a presidência de um jurista da envergadura de Afonso Arinos de Melo Franco e trabalhar com uma plêiade de pessoas de tanta envergadura intelectual, moral e com tanta condição de pessoas humanas. Isso tem propiciado uma interligação forte e de convívio entre os membros da Comissão e a possibilidade correlata de se poder avaliar melhor o valor pessoal de cada um e o valor do grupo em seu conjunto, que se está a dedicar a um trabalho difícil, complexo, com idealismo, determinação, coragem e energia. Coragem, inclusive sim é de dizer-se porque a Comissão em diversificados setores da sociedade, e inclusive através de meios de comunicação, ela tem sido focalizada sob ângulos bastante negativos, em sua maior parte, creio, por desco -

nhecimento dos trabalhos que aqui se estão a realizar. Distintos setores do nosso Brasil tiveram de início o receio que manifestaram no sentido de que fosse ser elaborado um texto conservador, um texto reacionário, um texto que se não ajustasse às verdadeiras demandas, aos anseios do povo brasileiro em si

Entretanto, embora nós estejamos a readaptar por definição um esboço de anteprojeto de Constituição que vai simplesmente ser apresentado à Assembléia Nacional Constituinte, este esboço de anteprojeto ao revés do que se estava a pensar de início, está sendo avançado, pregressista a ponto de como acentua nosso Presidente Afonso Arinos, está a ser composto um esboço de anteprojeto, um texto enfim que se deve projetar pelo ano 2000 e que talvez tenha em seu amago condições para que nós superemos a nossa longa e soffida instabilidade constitucional.

Os membros da Comissão, sem nada a perceber em termos de remuneração econômica, doando-se integralmente a estes trabalhos, estão a fazê-lo na procura de conseguir, escutando como tem escutado as questões que brotam aos milhares dos mais diferenciados locais de nosso País, a Comissão tem procura do redigir um texto constitucional que exatamente se acople, se ajuste a todas estas necessidades que marcam o nosso País tão diversificado, mas que permanece sempre sob a tônica de uma imbatível unidade.

Não sei por certo o destino que será dado a todo esse trabalho efetuado com tanta energia, com tanta firmeza, com tanta confiança. A destinação ser-lh-á dada, é ôbio, pelo Assembléia Nacional Constituinte onde se congregarão os representantes do povo, povo legítimo titular do poder constituinte.

A esperança minha é de que o conteúdo do texto em sua melhor parte seja acatado pela Assembléia Nacional Constituinte porque nele repontam os mais autênticos valores da democracia, da democracia social que reponta nos dias que estamos a vivenciar. Se acaso assim não for, se recaírem emendas excessivas sobre o texto que está a ser composto, se for ele marginalizado, mesmo assim, e creio que posso falar no plural, nós que nos estamos a votar a este trabalho teremos uma balsâmica parte interior pela certeza de que efetuamos uma doação, como afirmamos há pouco, integral de todo o nosso ser na elaboração de todo o texto que está em pauta. E este será sem dúvida um legado precioso porque tecido de amor e de valorização da causa democrática que o momento histórico há de recolher e que o tempo estenderá as gerações vindouras.

A SRA. ENTREVISTADORA - Muito obrigado, Dra Rosah.

1 doc.  
03/07/1986  
18 fls.

MC2  
cpmc/ep

Entrevista com membro da CEC: Helio Santos  
Data: 03/07/1986

Códigos antigos:

0600468

0600469

Sita 469: gravação apenas no lado 1

Sitas 468 e 469 (Crim 6. P.3)

Sita 468: transcrição do lado 1  
não foi localizada.

ENTREVISTA

HÉLIO SANTOS

DIA 03/07/86

468, 469

FITA (8, 9)

0600 468

0600 469

Itaipava, 03 de julho de 1986, reunião da Comissão de Estudos Constitucionais, gravação para o centro de memória da constituente, do Prof. Hélio Santos.

Professor, primeiramente gostaríamos que o senhor nos desse uma panorâmica da sua trajetória de vida, até chegar à Comissão de Estudos Constitucionais.

O SR. HÉLIO SANTOS - Eu tenho dito sempre que sou mineiro por nascimento, mas por vocação eu acho que eu sou mesmo é baiano e carioca e sou paulista por necessidade. Então eu vim de Belo Horizonte para São Paulo, casado, a fim de me realizar profissionalmente como técnico na área de administração, na área de finanças que é a minha formação original. Mas sou muito místico, eu achava que alguma coisa teria que acontecer em São Paulo e sem um motivo aparente eu me vi envolvido numa questão que me traz desde o nascimento, que é a questão do negro, que é a questão racial. Durante muito tempo esta foi, digamos assim, a vertente principal da minha vida, na medida em que ser negro é um marco existencial, sobretudo, se está sendo, não há como fugir disso.

Então, ligado ao negro e ligado também à luta político-partidária, sobretudo na época mais difícil que o País atravessou nestes últimos anos, em Minas a gente já tinha uma atividade estudantil razoável, mesmo sem nunca ter participado de nenhum centro acadêmico com um cargo de direção. Nós tivemos uma atuação lá razoável.

Em São Paulo nós acabamos indo para o partido político PMDB e ao mesmo tempo trabalhávamos junto ao movimento negro. Mas eu sempre fui dentro do movimento negro um quadro que durante muito tempo eu me considerei como um quadro atípico do movimento negro porque eu entendia naquela época que o movimento negro não deveria fechar a sua luta apenas na questão racial, eu reivindicava que o movimento negro participasse junto com a luta sindical, que ele participasse junto com

movimento estudantil e que participasse junto com os partidos políticos. E era o que de certa forma eu fiz. Isso fez com que de fato eu não fosse uma pessoa absolutamente alinhada ao que se convencionou chamar de movimento negro.

Com as eleições de 1982 para os governos estaduais , a população negra de São Paulo conquistou um espaço historicamente muito importante, que é o Conselho da Comunidade Negra, daquele estado. Esse Conselho é talvez na minha avaliação ele é com certeza um divisor de águas para a luta do negro neste País, porque ele é um instrumento estatal criado exatamente para tentar viabilizar o negro, dentro de uma proposta que nós chamamos de moderna. Até então prevalecia o que eu chamo de discurso ressentido, ou seja, apenas aquela colocação denunciadora de todos aqueles impedimentos que o negro sofria dentro da nossa sociedade. E essa fase foi importante porque ela sensibilizou negros e brancos, mas a denúncia pura e simples não fazia com que a nossa luta avançasse. Além da denúncia é fundamental apresentar propostas concretas que viabilizem um negro como cidadão. E eu me sinto uma pessoa bastante gratificada por ter sido um dos precursores dentro do Conselho a levar esta idéia que foi uma conquista da democracia em nosso País, a criação do Conselho da Comunidade Negra, no Estado de São Paulo.

Como Presidente deste Conselho nós começamos a experimentar uma fase verdadeiramente inédita, nós começamos a enfrentar a discriminação racial no cotidiano, nas relações do trabalho, nos meios de comunicação e começamos a fazer sugestões concretas para as coisas que os negros sofrem na sociedade. E dentro desse processo que está em andamento nós nesta criação, nesta fase que o Brasil vive que é também um momento histórico especial, nesta fase que eu chamo a fase de processo constituinte que está em marcha, foi criada a Comissão de Estudos Constitucionais , que era uma idéia de Tancredo Neves que afirmava que quando eleito no colégio eleitoral, nas das suas primeiras tarefas seria esta de convocar uma assembleia constituinte. E que antecipando a existência dessa constitu

inte ele criaria uma comissão, que ele enfatizava de alto nível, que de veria esboçar uma constituição nova para o Brasil.

E nós todos estranhamos quando foi feita a convocação dos 50 membros desta Comissão a ausência do nome de um negro. A princípio falava-se que três pessoas fariam parte desta comissão. Uma delas' é a Vereadora do PT, Benedita da Silva, do Rio de Janeiro, uma militante de base, muito expressiva e com um trabalho popular muito grande. Ao mesmo tempo falava-se na convocação do Carlos Alberto de Oliveira, o Caó, Secretário do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro e também um líder sindical moderno, Presidente do Sindicato dos Jornalistas e também suplente' de Deputado Federal. E terceiramente falava-se num outro nome, o nome do Prof. Nilton Santos, um Geógrafo baiano, um dos intelectuais, na minha a valiação, mais completos deste País, que trabalhou muito tempo no estran geiro.

Então eu enquanto negro estava muito satisfeito por que sabia que nesta comissão nós teríamos três pessoas com um perfil diferente, mas que somariam, uma delas seria a Benê Silva que é uma militante de base. Ao mesmo tempo um líder político e sindical moderno, como o Caó e um terceiro plano, um intelectual de peso como o Prof. Milton ' Santos. Parecia-me a soma correta para aqui nesta comissão fazer com que não só o negro pudesse participar, mas que setores importantes partici - passem.

Eu tenho enfatizado que um militante negro é sobretu do negro, mas ele não pode ser apenas um negro. Esta é uma marca que eu tenho trazido comigo e que felizmente hoje vejo que também é um princípio das lideranças, onde os militantes negros modernos acham que nós temos ' que dar ênfase à questão racial, mas não podemos perder de vista o con - junto.

Então nós estranhamos quando nenhum dos três constou

das primeiras listas que a imprensa divulgou. Houve então um protesto no Palácio dos Bandeirantes, me parece que é importante neste depoimento a qui, dizer que houve na verdade um protesto contra o "apartheid", o Governador de São Paulo, Franco Montouro recebia os embaixadores Africanos em São Paulo num ato oficial contra o "apartheid".

E na condição de Presidente do Conselho da Comunidade Negra, quando fiz uso da palavra, eu afirmava o meu absurdo quando em plena Nova República, que tentava construir a democracia neste País, a contecesse a ausência do negro em uma Comissão da maior importância. E quando eu fiz essa afirmação houve um aplauso emocionado de uma platéia' de aproximadamente mil pessoas que durou mais de três minutos. Foi uma coisa que inclusive me assustou, a simples citação da ausência de negros nessa comissão. Essa data foi exatamente quando as listas com os nomes dos membros dessa comissão começaram a ser divulgadas. E o Governador ' Franco Montouro, político sagaz, muito capaz de captar as coisas que a sociedade quer, naquela mesma tarde ele telefonou ao Presidente Sarney e estranhou a ausência de um negro. E o Presidente Sarney, segundo ele, a firmou o seguinte: não, na comissão há mais de um negro. E o Governador ' Franco Montouro contra-argumentou: mas os que estão lá não sabem que são. Então , na avaliação do Presidente Sarney talvez houvesse outros negros' nessa comissão, mas não na avaliação dos próprios indicados. Então o Governador Franco Montouro conseguiu assim sensibilizar o Presidente Sarney para a nossa convocação.

Agora, não houve uma reivindicação explícita do movimento negro de São Paulo em relação a meu nome. Como nós sabemos, as pessoas que estão nessa comissão não foram indicadas pela sociedade. Essa é uma comissão da Presidência da República. Agora, eu quero dizer que eu tinha dos caminhos diante dessa convocação, digamos assim, retardária: ou dizer não, afirmando que a comissão é litista e que um negro era apenas ' pouco e que eu não concordava com os princípios da comissão, ou aceitar o desafio. É lógico que eu optei por esta segunda opção, sabendo que de duas

variáveis que podiam acontecer. Primeira variável, se eu fizer um trabalho completo, se eu me esforçar para ter aqui um bom desempenho, sempre haverá quem não vai concordar com esta idéia e vai dizer que eu não cumpro a minha função como devia cumprir. Agora, se por outro lado eu falhar, eu irei para história como aquele que falhou, aquele que foi copiado, etc. Ora, mas eu não podia ter o luxo intelectual, como algumas pessoas sugeriram, de negar vir para esta comissão, é uma postura eminentemente acadêmica afirmar que a comissão elitista, afirmar que a comissão não vai representar corretamente o Brasil. Ora, elitista é quase todo este País, poucas coisas não são elitistas neste País. A universidade onde eu trabalho, por exemplo, é elitista. Se fosse assim eu deveria também me ausentar dela.

Então eu aceitei o desafio porque riscos eu comecei a tê-los quando eu nasci, criança negra e pobre, neste País. Num País que hoje mil crianças morrem por dia por desnutrição, em 1945, quando eu nasci morria muito mais. Então, estatisticamente de uma certa forma eu comecei a correr riscos tão logo nasci.

Ao romper esta fase, estar aqui hoje, o que eu tinha é que aceitar este desafio e chegar à conclusão de que era possível eu contribuir para a população brasileira, como de uma certa forma nós estamos aqui contribuindo. O fato de a comissão não remunerar ninguém e o fato de os membros da comissão estarem prestando um trabalho de relevância nacional foram os primeiros aspectos que eu exigi. Eu não ganho nada para estar aqui, econômica e financeiramente falando, e também entendo que é um trabalho de contribuição porque estando na comissão eu pude viajar o Brasil todo, estou viajando o Brasil todo e ouvindo a Nação. O decreto assinado pelo Presidente Sarney que cria essa comissão diz que em primeiro lugar a função dos membros é ouvir a Nação. E em seguida preparar um esboço constitucional que sirva de referência para o congresso constituinte.

Então, eu quero dizer que por ser o único negro, pelo menos oficialmente, desta comissão os setores minorizados da nossa sociedade vêem em mim o seu representante. Isso acontece com as mulheres, com os "gays", com os bóias-frias, com os trabalhadores, mesmo não sendo negros. Então eu tenho conversado privilegiadamente com estes setores da sociedade.

A SRA. ENTREVISTADORA - Hélio Santos, ademais destas propostas na área da proteção ao negro, você está levando alguma outra relativa a essa minoria de que você vinha falando?

O SR. HÉLIO SANTOS - Se eu pudesse quantificar, eu diria que eu trabalhei muito mais para esses setores do que especificamente para os negros, até porque se nós especificarmos exatamente o que nós fizemos apenas à população negra, numericamente falando, o meu trabalho na comissão não seria tão expressivo. Então, logo em seguida eu que ria falar dos direitos sociais que na verdade contemplam quase todos esses setores que eu falei há pouco. A minha atuação mais significativa, na verdade, falando de maneira quantificada, contempla muito mais esses setores porque em relação ao negro são três setores objetivos só no meu trabalho na comissão e nós temos aí todo um esboço constitucional a ser visto. Então, a questão da isonomia, a questão da educação são exatamente os dois setores, educação e cultura, em que nós colocamos o negro de maneira especial. Fora disso o trabalho é feito para a população chamada carente, a esmagadora população carente deste País é negra. Então, nas chamadas questões gerais nós damos ênfase ao despossuído, as despossuídas estão muito bem representadas na comissão, nem justificaria eu cuidar disso. Então eu dei ênfase a isso e ao mesmo tempo ao negro, à mulher que são também categorias minorizadas na nossa sociedade, independentemente.

Nós falávamos em duas categoria: negro e mulher. A população negra representa no Brasil 44,5% da população, são 55 milhões'

de pessoas. Falar em nome desse contingente populacional é uma responsabilidade muito grande. Há momentos que eu imagino que eu tenho no lombo' uma armadura de chumbo, tal a responsabilidade que eu tenho nas coisas ' que eu venho desenvolvendo aqui no que se refere de maneira espeical ao negro.

A discriminação contra o negro em nosso país acontece como em uma via de duas mãos: em um sentido nós temos a sociedade como um todo discriminando o negro em um círculo vicioso que se inicia nas relações de trabalho, passa exatamente pela falta de ímpeto que o negro' tem em decorrência dessa situação de não trabalhar, aí nós temos então o alcoolismo, a prostituição, a criminalidade, com todo aquele reforço do histeriótipos que estigmatizam o negro como um ser inferior; continuando ainda neste círculo nós temos a questão da identidade porque ninguém quer se identificar com aquilo que é mau, com aquilo que é ruim, os meios de comunicação, inclusive a história oficial reforçam esta idéia e fechando este círculo nós temos exatamente a repressão policial. Isso no sentido' dessa mão.

Em um outro sentido nós temos o próprio negro, a discriminação introjetada dentro da sua cabeça. Então , na verdade, a discriminação contra o negro ela é um comportamento cultural que é exercido no dia-a-dia pela sociedade. Então, reverter isso requer uma estratégia especial.

Acontece a mesma coisa com a mulher. A mulher representa entre nós 50,5% da população. Esse é um depoimento especial de uma pessoa viúva, eu sou viúvo e me enviuvei cedo, e eu que já tinha uma cabeça feminina naturalmente assumi com mais facilidade aquela exigência que a minha situação, digamos assim, funcional exigia com dois filhos e viúvo. Então eu fui obrigado, na medida em que eu assumi a minha viuvez eu fui obrigado a administrar minha casa. E eu tenho uma formação original na área de administração pude compreender que a chamada dona de casa tem, é

uma administradora completa, ela administra variáveis financeiras, econômicas, psicológicas e humanas dentro da casa porque ela é uma gerenciadora de materiais, ela faz compras, materiais consumíveis, perecíveis. Eu por exemplo, sempre conheci, é um depoimento meio chulo, mas é importante para compreender o meu envolvimento com a questão da mulher, eu que só conhecia o tomate e o prato na hora de comer pude entender que quando eu comprava o tomate no domingo eu tinha que comprar o tomate mais maduro, menos maduro porque ele deveria ser consumido ao longo da semana. São sutilezas que um gerente de material numa empresa não tem.

Ao mesmo tempo eu percebi que alguns produtos eram perecíveis, outros não, alguns eu poderia comprar numa quantidade maior. Também acontece numa empresa. Percebi também que o que é ter o controle financeiro de maneira mais completa, porque antes, eu com minha cabeça de homem em uma sociedade que divide papéis masculinos e femininos eu destacava uma cota para casa e minha mulher evidentemente tinha que administrar aquilo de acordo com a elasticidade que ela pudesse dar nesse dinheiro, eu passei a ser o administrador econômico da família, interno e externamente e vi como era complicada a parte que era reservada à minha mulher, mas só pude aprender isso na condição de viúvo. E depois pude também perceber algumas falácias que acontecem, inclusive algumas que tentam maximizar a mulher afirmando, reafirmando o que ela tem que ser sexto ou um sétimo sentido, além daquele que nós homens temos. E isso é uma mentira, nós também temos essas mesmas sensibilidade, o que acontece é que o homem por não ser um ser profundo, ele não exercita essa capacidade.

Hoje, quando um filho meu chega em casa, se ele tiver tido um problema na rua, se ele estiver com problema eu percebo, porque eu estou mais ligado nele. Antes, essa era uma tarefa da minha mulher.

Quer dizer, essa sociedade estranha inventa papéis

masculinos e femininos e hoje para mim, papel efetivamente feminino só há um: maternidade da procriação, a partir daí todos papéis podem ser exercidos por homens, por mulheres.

E aí eu pude entender, e algum tirano muito esperto' ao longo da História inventou essa história de sexo frágil, ele percebeu' com clareza aquilo que a natureza já apontava, que a mulher poderia ser muitas coisas, menos frágil, na medida em que a natureza destinou a ela a tarefa de trazer as pessoas ao mundo. Mas inventou-se isso.

E a partir daí, essa é uma tese que eu como homem ' também acreditava e percebo que um País como o nosso, de fato, um país com todo esse paternalismo, com toda essa estrutura própria para as discriminações faz com que de fato faz com que a mulher seja uma cidadã de segunda categoria.

Certa vez se discutia qual seria o cidadão em nossa' sociedade mais inferiorizado. A primeira conclusão a que se chegou é que seria um trabalhador, porque entre as relações entre trabalho e capital , as relações são favoráveis ao capital. Mas depois chegou-se à conclusão ' de que não seria qualquer trabalhador, que seria um trabalhador do campo, porque entre as conquistas que o trabalhador urbano e o trabalhador rural conquistou, o trabalhador urbano está muito mais adiantado. Também chegou-se à conclusão de que esse trabalhador rural não seria qualquer um , seria um trabalhador rural do Norte e Nordeste, não seria um trabalhador' aqui do Centro Sul, porque um trabalhador rural aqui, perto de um trabalhador rural de lá é um privilegiado.

E finalmente chegou-se à conclusão de que esse trabalhador rural do Norte e Nordeste não seria qualquer um, seria uma mulher, porque nas relações do trabalho, na nossa sociedade, a mulher fica com a pior parte.

E finalmente chegou à conclusão de que a mulher não seria qualquer, seria uma mulher negra, em outras palavras uma trabalhadora negra, feminina, evidentemente, trabalhando no Norte e Nordeste no setor rural seria o trabalhador brasileiro que traria contra si todas as discriminações possíveis.

Então, em uma sociedade hierarquizada como esta é fundamental trabalhar no cotidiano. Então, nesse sentido o discurso político institucional ele me desagrada, tanto vindo de uma liderança classificada como uma pessoa ficando à esquerda, como uma liderança liberal ou mesmo como uma liderança conservadora. O discurso institucional consegue me desagradar e me dar sono porque nenhum desses discursos conseguem descer nas coisas do cotidiano. E as pessoas não vivem nas grandes instituições, as pessoas vivem é no lar, no trabalho, na rua, no lazer e nós temos que de fato democratizar o cotidiano.

E aí, na condição de viúvo, retornando, eu lembro ' que minha mãe trabalhou quarenta e poucos anos, lavou, passou, cozinhou, era uma trabalhadora fundamental para as outras pessoas que viviam naquela casa: eu, meus irmãos, meu pai, sem aqueles serviços e bens que minha mãe produzia nós não conseguiríamos trabalhar, ou seja, toda a sociedade depende do trabalho dito doméstico, do trabalho do lar. E no entanto este trabalho por não ter um valor de troca, apenas um valor de uso, ele não é considerado na sua justa dimensão. Então, algumas sutilezas ' que aparentemente não são ideológicas não são discutidas por partido algum e eu me considero um privilegiado por na comissão ter colocado estas questões. E aí então eu já começo antecipar qual é eu trabalhei por e - xemplo na área social.

Eu estava inscrito nesta comissão em três comitês: o o comitê da ordem social, o comitê da ordem econômica e o comitê da educação e da cultura. Na ordem econômica, eu começo por esta por uma questão profissional, nós procuramos de fato dar ênfase ao equilíbrio entre

o capital e o trabalho que em nossa sociedade privilegia disparadamente o capital. Eu acho que esse equilíbrio o mínimo que se pode pedir, na medida em que o trabalho é exatamente aquela instituição que cria riquezas .

Quando se fala em direitos do trabalhador entre nós, sempre se pede em vista a nossa realidade histórica. O país começou a ser explorado por volta de 1530. Portanto, o trabalho é uma instituição de vigente neste País há quatro séculos e meio. Mas nestes 450 anos, durante 350 vigiu o estatuto da escravidão. Ou seja, para cada um ano de trabalho livre nós tivemos três anos e meio de escravidão. Quem quiser discutir a instituição do trabalho entre nós tem que fazer essa rememória histórica para poder entender por que as relações entre trabalho e capital ainda estão tão precárias na nossa sociedade. Agora, nós conseguimos considerar o trabalho doméstico como atividade econômica atípica. O que significa isso? Ora, nós não podemos quantificar o trabalho doméstico porque ele não tem valor de troca, ele não é vendido, ele tem apenas o valor de uso, mas ele é fundamental para a sociedade como um todo. Com esta abertura constitucional a mulher vai do lar vai poder reivindicar, não apenas a empregada doméstica, mas a dona de casa vai poder reivindicar a sua aposentadoria. Hoje a mulher do lar trabalha 30, 40 anos e depende da aposentadoria de um marido que poderá abandoná-la, que poderá não ser um contribuidor para a Previdência Social e é uma posição vexatória e humilhante para quem trabalha efetivamente. A admissão de um trabalho não importa se ele está sendo vendido a uma empresa ou não, o trabalho existe em função da utilidade que ele traz para alguém.

E esse conceito novo que nós trouxemos para a comissão e que foi vencida e que me parece uma coisa muito importante na área, no capítulo da ordem econômica.

Também consideramos aprovar uma matéria que fala em que o Estado deve estimular o cooperativismo e o associativismo, quer dizer, o pequeno produtor, é a chamada economia invisível que representa uma

parcela significativa da nossa economia, vai poder, através da associação, através do cooperativismo, se viabilizar contra as grandes empresas nacionais e estrangeiras. Aliás, o cooperativismo é um fator fundamental para viabilizar inclusive a reforma agrária entre nós.

Então, na ordem econômica foi isso que nós priorizamos.

Agora, na ordem social, os direitos do trabalho saíram da ordem econômica nesse esboço que nós estamos fazendo, que foram canalizados para a ordem social. Então, juntamente com o José Francisco da Silva, com o Bareli, com o José Afonso da Silva nós trabalhamos no sentido de trazer aqueles direitos fundamentais do trabalhador como: semana de 40 horas, direito à greve sem restrição, a questão da participação nos lucros das empresas para mim é muito importante, também isso é uma matéria nossa, é inclusive a nossa tese de doutorado, na faculdade de economia da USP, essa participação do empregado nos lucros das empresas.

O membro da comissão, Antônio Ermílio de Moraes, sugeriu que essa participação acontecesse através do faturamento. Nós fomos contra porque o faturamento é um fator de custo, que penaliza e aumenta o preço dos produtos. Não adianta o trabalhador participar do faturamento, é uma medida bastante operacional de fato, facilita a mas por outro lado o preço de todos os produtos se encarecerão fazendo com que essa participação acaba se esgotando em si mesma, paga-se mais caro por outro lado o preço das coisas.

Para desconcentrar a renda o trabalhador deve participar do lucro, ele deve ter uma fatia do lucro fazendo com que o Brasil deixe de ser 84ª nação do mundo em concentração de renda, uma das maiores concentrações de renda do mundo.

Além dessas coisas importantes, também a aposentado-

ria que dê ao trabalhador um salário semelhante, dê a ele proventos iguais àqueles que ele perceberia se ele estivesse na ativa.

Estas foram as propostas gerais que nós apoiamos na área social.

Agora, a proposta nossa na área social que me parece a de maior relevância foi o Plano Nacional de Recuperação Social. A palavra correta é recuperação social.

Durante os últimos 24 anos se investiu em outras áreas que não a social. Nós contruímos estradas que ligavam nada a coisa alguma, se partiu para uma aventura nuclear que talvez nunca se viabilize, o País se endividou externamente em mais de 100 bilhões de dólares e criou uma dívida interna fabulosa. Nós temos que investir prioritariamente no homem, porque a Pátria não é apenas a dimensão dos 8.500.000 Km<sup>2</sup> que nós somos. A Pátria, fundamentalmente, são as pessoas que habitam o espaço geográfico desse imenso país.

Então, investir no social foi a nossa proposta. Em que recursos que virão dos municípios, dos estados e da União seriam investidos prioritariamente nas áreas carentes. E os próprios beneficiados gerenciarão esses recursos juntamente com o parlamento a nível federal, estadual e municipal, impedindo que tecnocratas a partir de Brasília dirijam este recurso como bem entendam. Ou seja, em uma comunidade qualquer, em qualquer cidade os recursos que forem canalizados para essa cidade serão os próprios beneficiários que vão decidir se se vai contruir uma creche, uma pequena fábrica, ou se se vai contruir uma escola, enfim, é a própria comunidade que vai decidir qual o setor que deverá receber esse recurso.

Da área social foi isso que nós entendemos como importante.

Na área social também, apoiando as reivindicações das mulheres, nós entendemos a necessidade de uma rede nacional de creches que dê ênfase à maternidade e à gestante.

Hoje, no Brasil, cerca de mil bebês morrem por dia por desnutrição. Na verdade, em uma época que se fala muito da segurança eu chego à conclusão que nós somos de fato um País verdadeiramente inseguro. Mas não por causa dos assaltos, por causa das violências do trânsito, que são verdadeiramente alarmantes, mas na verdade o risco aqui começa a existir naquele que tenta ser um brasileiro, é durante o período da gestação que muitos brasileiros já começam a ser inviabilizados por todos os brasileiros. Nós temos que assegurar que esses futuros brasileiros venham ao mundo e possam sobreviver. É verdadeiramente vergonhoso saber que pessoas morrem no nosso País ainda por falta de alimento, proteínas, mas está é uma realidade.

Na área da educação e da cultura nós conseguimos de fato o preâmbulo do capítulo que fala da educação dizer que a educação da rá ênfase ao combate, ao racismo, à discriminação contra a mulher, etc. Is so é uma porta imensa e verdadeiramente nova que permite programas governamentais no sentido de reverter as discriminações que acontecem contra o negro e contra a mulher.

Eu dizia há pouco que quanto a discriminação do negro quanto a discriminação que a mulher sofrem, são comportamentos culturais da nossa sociedade. E a maneira de reverter isso é através de um processo educativo, simplesmente criminalizar a discriminação racial como nós conseguimos fazer, é importante, mas isso é pouco. Não serão as leis escritas que impedirão essas discriminações. É necessário um comportamento positivo no sentido de reverter a discriminação pela educação, ou seja, desde a pré escola as pessoas devem estar se capacitando para perceber as diferenças entre homens e mulheres e tratá-las sem a discriminação. Da mesma forma as pessoas devem crescer, devem estudar crescendo entendendo a diferença

entre o negro, entre o branco, entre outras categorias etnicas, mas entendendo que as pessoas são iguais verdadeiramente. As crianças não nascem ' racistas, elas ficam racistas na nossa sociedade. E a maneira de reverter é desde o início.

Também na educação conseguimos conquistar um avanço ' muito importante, ou seja, reservar - isso ainda não foi matéria aprovada, estou aqui fazendo este depoimento no pressuposto de que isso será aprovado - 50% das vagas nas escolas gratuitas, das escolas públicas serão reservadas às famílias de comprovada baixa renda. Isso é revolucionário no sentido de que nós vamos deselitizar a educação brasileira de uma certa ' forma reservando a metade das vagas, sobretudo, nas universidades para os verdadeiramente carentes.

Hoje se brinca que no Rio de Janeiro, aonde nós estamos fazendo esta gravação, de que a última bossa é levar massagista no ' vestibular. Ou seja, as pessoas ficando tensas, no dia do vestibular, contratariam uma massagista para a pessoa se desprender. De fato, o dia do vestibular é um dia de nervos, é um dia de muito nervosismo e então essas pessoas contratam para irem mais distendidas, mais tranquilas a vestibular. E aí eu fico pensando: e a população de Belfort Roxo? E aquelas pessoas que fazem o curso de primeiro e segundo grau numa escola pública que pestam este vestibular? Essas pessoas às vezes vêm para o vestibular sem uma refeição, vem sacolejando em um...

(Sim lado 02 fita 468)

(Início lado 01 fta 469)

O SR. HÉLIO SANTOS - ... será que de fato isso é um concurso vestibular? Será que é isonomia? Será que a isonomia acontece? Será que de fato as pessoas estão disputando em condições consistentes es as vagas?

Para mim, como professor universitário, eu fiz depoimento no início da minha disposição, como professor eu acho tudo isso ' falacioso, é como se numa disputa nós colocássemos um paraplégico, um a lejado e um atleta profissional e dissesse: vocês correm para ver quem chega primeiro. Quer dizer não é uma disputa, é um simulacro, nós temos ' que de fato democratizar a educação, mas para mim não basta apenas abrir escolas e colocar os carentes lá dentro, para mim é fundamental discutir o que a educação representa hoje. Nós estamos querendo a educação que e efetivamente constrói a pessoa, a educação deve ser uma instituição que u nifica a pessoa voltada para a realidade do País. E isso efetivamente ' não acontece hoje.

Também eu queria aqui frisar com relação à isonomia. A isonomia é uma conquista que nós conseguimos materializar aqui nesta ' comissão, através da criação de programas que visem de fato a materializar a isonomia. Não adianta afirmar e reafirmar que todos são iguais perante a lei, é fundamental criar programas que possam tratar os desiguais de maneira desigual. Hoje, a isonomia como nós aprovamos não me satisfaz plenamente, mas ela representa um grande avanço.

E quero dizer que nesta comissão teve um esforço no sentido de contruir os dois brasis. Nós temos um Brasil pobre, miserável e arcaico e temos ao mesmo tempo um Brasil moderno e industrializado , que é a 8a. economia industrial do planeta. Todo o esforço constitucional desta comissão na minha avaliação deve ser no sentido de conferir os dois brasis num Brasil só. Qualquer esforço que não for nessa direção ' não justifica a minha vinda aqui e não justifica todo esse trabalho que vem sendo feito. Nós temos que de fato viabilizar este imenso e rico Pa

ís para todos os seus fins.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. ENTREVISTADORA - Prof. Hélio, eu queria agra  
decêr, sua informação foi muito esclarecedora e agradecer a atenção para  
com a Fundação Pró-Memória.